



**REVISTA**

**FronteiraDigital**

**Abrindo portas para o horizonte**

**Ano I n.º 02/agosto-dezembro de 2010**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**UNEMAT**  
**Campus Universitário de Pontes e Lacerda**  
**Departamento de Letras**

Reitor	Adriano Aparecido Silva
Vice-Reitor	Dionei José da Silva
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Ana Maria Di Renzo
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Áurea Regina Alves Ignácio
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Juliana Vitória Vieira Mattiello Silva
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Instituto de Linguagem	Ana Luiza Artiaga R. da Mota
Coordenação Regional do Campus	Joil Antonio da Silva
Chefe do Departamento de Letras	Madalena Aparecida Machado

<b>Comissão Editorial</b>	<b>Conselho Editorial</b>
Alcione Franco Costa	Profª Ms Ana Maria Macedo
Angélica de Oliveira Ivo	Profª Carmem Zirr
Atílio Catosso Salles	Profª Drª Eliana de Almeida
Joyce Silva Moraes	Profª Elizangela Patricia Moreira da Costa
Luciana de Jesus Evangelista	Profª Erika Regina Soares de Souza
Lucilene de Oliveira	Prof. Ms Heitor Marcos Kirsch
Mônica Narciso	Prof. Dr. Hélivio Gomes Moraes Jr.
Rosana C. Florinda Souza	Prof. Ms Joil Antonio da Silva
Silvia Regina Nunes	Prof. José Antonio Vieira
	Prof. Dr. José Leonildo Lima
	Prof. Ms José Pereira da Silva Neto
	Profª Drª Madalena Machado
	Profª Ms Maria Ines Parolin
	Profª Drª Marinei Almeida
	Profª Drª Rosely Aparecida Romanelli
	Profª Selma de Albuquerque Kirsch
	Profª Ms Silvia Regina Nunes
	Profª Ms Tereza Pazos da Silva
	Profª Ms Vanessa Fabiola Silva de Faria
Coordenação Editorial	Silvia Regina Nunes
Projeto Gráfico/Diagramação	José Henrique Nunes Garcia e Silvia Regina Nunes
Revisão	Silvia Regina Nunes e Lucilene de Oliveira
Revisão - Inglês	Atílio Catosso Salles
Logomarca/Design	Hércules Outo

## **Sumário**

Editorial..... 05

## **ARTIGOS**

### **Língua Inglesa**

CRENÇAS SOBRE PRONÚNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA

Thaíse Jordania Porto Dos Santos (UEPB)..... 08

### **Literatura**

UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ELEMENTOS UTÓPICOS E DISTÓPICOS EM A *REVOLUÇÃO DOS BICHOS*

Fernanda Cristina N. dos Santos, Luciene Matos e Lucilene de Oliveira (UNEMAT)..... 17

O TRANSGREDIR DA PERSONAGEM CAPITU EM DOM CASMURRO: MANIFESTAÇÕES DE UM SER FICTÍCIO

Consoelo Costa Soares (UNEMAT)..... 27

ISTO É O SERTÃO: MANIFESTAÇÕES DO MAL NA *POIESIS* ROSIANA DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Juliana Maria Silva de Sá (Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas)..... 52

### **Linguística (Análise de Discurso – Análise Crítica do Discurso)**

A IDENTIDADE DO JOVEM NOS DISCURSOS DA MÍDIA: O JOVEM E A CARREIRA PROFISSIONAL

Marcelo Feitosa de Lima, Pedro Navarro (UEM)..... 61

REPRESENTAÇÃO E AUTOIDENTIFICAÇÃO SOCIAL DOS POVOS *ROM, SINTI E CALON*: OS CHAMADOS “CIGANOS

Anna Clara Viana de Oliveira (Universidade de Brasília)..... 73

## **RESENHAS**

LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO (José Horta Nunes)

Luciana de Jesus Evangelista (UNEMAT)..... 95

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO ELEFANTE: FANTASIA E LUCIDEZ EM *TODOS OS CACHORROS SÃO AZUIS* (Rodrigo de Souza Leão)

Juliana Maria Silva de Sá (Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas)..... 99

## Editorial

A revista eletrônica Fronteira Digital organizada pelo Departamento de Letras do Campus Universitário de Pontes e Lacerda – UNEMAT tem como objetivo dar visibilidade à produção científica de acadêmicos (graduandos e recém-graduados) na área de Linguística, Letras e Artes, e, conseqüentemente, ao trabalho acadêmico-científico desenvolvido pelo corpo docente do Departamento de Letras de Pontes e Lacerda.

Neste segundo número foi grande nossa surpresa em relação ao alcance que a divulgação da revista teve, pois mais da metade das submissões recebidas foi de acadêmicos de instituições externas à UNEMAT. Fato que coloca a revista em posição de destaque no cenário acadêmico-científico, uma vez que a Coleta-CAPES valoriza essa forma de publicação recomendando a diminuição de endogenia nos periódicos.

Oferecemos aos leitores oito trabalhos, sendo seis artigos e duas resenhas divididos entre as áreas de Língua Inglesa, Literatura e Linguística (Análise de discurso e Análise Crítica de Discurso).

Da Universidade Estadual da Paraíba, Thaise Santos discute o que professores e alunos da graduação do curso de Letras pensam sobre o ensino e aprendizagem da pronúncia da Língua Inglesa pautando-se nas considerações de autores como Silva (2007), Barcelos (2006), entre outros.

Na Literatura, as alunas Fernanda Santos, Luciene Matos e Lucilene de Oliveira, do nosso curso, discutem no romance alegórico *A Revolução dos Bichos (Animal Farm)*, de George Orwell, o tema da utopia e da distopia. O trabalho se constitui na relação entre temas como Marxismo/Socialismo, Regime Totalitário, especialmente o Stalinismo, realizando, ainda, uma comparação entre a obra de George Orwell e a Revolução Russa. Retomando as discussões sobre uma de nossas personagens literárias mais polêmicas, Consoelo Soares discute sobre a figura feminina de Capitu, do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis, comparando-a com Desdêmona, personagem de *Otelo, o mouro de Veneza* de William Shakespeare. Da Universidade do Estado do Amazonas, Juliana Sá põe em pauta importantes

indicadores estéticos de um mal ameaçador concentrado na crueldade, no medo e suas expressões nas formas humanas experimentadas na narrativa rosiana. Ainda na área de Literatura, Juliana Sá apresenta-nos a resenha

Na área de Linguística, especialmente no campo de Análise de discurso, da Universidade Estadual de Maringá, Marcelo Lima tem como objetivo compreender o modo como o jovem é falado em discursos que circulam em revistas contemporâneas. Trabalhando com autores como Foucault (2007), Hall (2000) e Bauman (2001), o autor aponta que a identidade que é produzida sobre esse sujeito resulta de uma posição sujeito construída para ele em práticas discursivas identitárias. Da Universidade de Brasília, Anna Clara Viana discute a *representação* e a *autoidentificação social* do povo cigano, contrastando com a imagem errônea que a população majoritária tem sobre esse povo. A autora evidencia que na tentativa inconsciente de se proteger, os ciganos internalizaram, parcialmente, o discurso da cultura majoritária.

Na seção Resenhas, temos o texto de Luciana Evangelista sobre o artigo de José Horta Nunes: *Leitura de arquivo: historicidade e compreensão* e o texto de Juliana Sá sobre a obra de Rodrigo de Souza Leão: *Todos os cachorros são azuis*.

É com imensa satisfação que avaliamos o trabalho realizado neste ano e nos despedimos da Presidência do Conselho Editorial com a sensação do dever cumprido. Encaminhamos agradecimentos a todos os membros do Conselho Editorial e Consultivo, aos bolsistas de Iniciação Científica vinculados ao Grupo de Pesquisa Cartografias da Linguagem - Departamento de Letras do Campus de Pontes e Lacerda, bem como à sede administrativa da UNEMAT - Cáceres que é nossa grande parceira na publicação *online* da revista.

Desejamos aos professores Hélio Moraes e José Leonildo Lima um ano produtivo na coordenação editorial da revista.

Silvia Regina Nunes  
Presidente do Conselho Editorial

## **Língua Inglesa**

## **Crenças sobre pronúncia na formação de professores de língua inglesa**

Thaíse Jordania Porto Dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Diante de todos os avanços tecnológicos e em meio a tempos de total globalização, o Inglês continua sendo instrumento crucial para a comunicação e interligação socioeconômica entre vários países. Considerando tal afirmação, essa pesquisa tem por objetivo mostrar o que os possíveis professores dessa língua e alunos da graduação do curso de Letras pensam sobre o ensino e aprendizagem da pronúncia da Língua Inglesa. Para tanto, o trabalho pauta-se nas considerações de autores como Silva (2007), Barcelos (2006), entre outros. Ideias errôneas a respeito da pronúncia e da fonética da língua inglesa são problemas constantes, os quais demonstram conflitos enfrentados pelos graduandos. Essa condição, muitas vezes, interfere na formação do aluno, trazendo, conseqüentemente, implicações na vida deste como professor. Assim, este trabalho aparece como uma tentativa de desmistificar crenças de alunos, futuros professores, para que não se sintam perdidos na caminhada rumo ao ensino de uma língua tão falada.

**Palavras-chave:** Crenças. Pronúncia. Língua Inglesa.

**Abstract:** In face of all technological advances and in the context of total globalization, English is still a crucial instrument for the communication and socioeconomic interconnection among the several countries. Taking this statement into consideration, the present research aims to show what the possible teachers of that language, undergraduate students of English, think about the teaching and learning of English pronunciation. Thus, this research is based on the considerations of authors like Silva (2007), Barcelos (2009), among others. Misconceptions concerning pronunciation and phonetics of the English Language are constant problems, which demonstrate conflicts faced by the undergraduate students. This condition, many times, interferes in the student's formation, bringing, consequently, implications for his/her life as a teacher. So, this work appears as an attempt of demystifying future teachers' beliefs, so that they don't feel lost in the walk heading for the teaching of a language which is so much spoken.

**Keywords:** Beliefs. Pronunciation. English language.

### **Introdução**

Mediante o avanço e a expansão das relações internacionais, o inglês tornou-se aspecto central nas questões comerciais e sociais, vindo a ser reconhecido como língua global. Nesse

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: thaiseporto@hotmail.com

contexto, alunos da graduação de cursos de Letras (Habilitação em Língua Inglesa), muitas vezes, sedimentam mitos/crenças relativas à pronúncia de uma língua tão falada.

Noções ligadas à inteligibilidade da língua, geralmente, não são levadas em consideração, visto que alguns graduandos dessa área almejam atingir uma pronúncia próxima, ou quase que igual a do nativo. Além disso, existem professores de inglês que, mesmo tendo conhecimento e consciência desses fatores, sentem-se apreensivos quanto à correção da pronúncia dos alunos, pelo fato da língua possuir variantes, e por não existir um único modelo ou regra para a produção fonológica da mesma.

Nesse sentido, o artigo objetiva, sobretudo, mostrar o sentido e a importância das crenças de alunos (futuros professores) sobre a pronúncia e o ensino da língua inglesa em diversos contextos, visando desmitificar conceitos impróprios e conscientizá-los na sua caminhada acadêmica.

### **1. Crenças: Conceitos**

Conceitos relacionados a crenças têm sido foco de estudos de vários estudiosos. Segundo Silva (2007, p. 251), “no Brasil, os estudos sobre crenças no ensino e aprendizagem de línguas ganhou força na década de 90 [...]”. No entanto, são inúmeras as definições atribuídas a este termo.

Barcelos (2006-A, p.18) afirma que nesse período inicial “acreditava-se que as crenças eram estruturas mentais, estáveis e fixas, localizadas dentro da mente das pessoas e distintas do conhecimento”. Segundo essa autora, pesquisas mais recentes apontam diferenças com relação a essa perspectiva.

Conforme Coelho (2006, p.129), crenças são “impressões que os professores e os alunos têm sobre si e seus pares e em relação um ao outro, dentro de um determinado contexto de atuação real ou dentro de um contexto imaginário”.

Felix (1998, p.26) define crença como “opinião adotada com fé e convicção baseada em pressuposições e elementos afetivos que se mostram influências importantes para o modo como os indivíduos aprendem com as experiências e caracterizam a tarefa de aprendizagem (do aluno, no caso do professor)”.

Barcelos (2001, p.72), atualmente, destaca que crenças são “opiniões e idéias que alunos e professores têm a respeito do processo de ensino e aprendizagem de línguas”. Recorreremos a essa última consideração, pois concordamos com Barcelos (2001) e acreditamos ser essa a definição mais adequada para dar suporte ao propósito da nossa pesquisa.

## **2. Influências das crenças no ensino/aprendizagem de línguas**

É alvo de muita discussão a influência que as crenças provocam nas ações dos alunos. Quando relacionadas ao ensino/aprendizagem de línguas (base do nosso estudo), estas trazem controvérsias. Muitas vezes, as crenças podem inibir o estudante a falar e progredir na língua foco ou, de forma contrária, podem ajudar o aluno a acreditar mais no seu desenvolvimento – no caso do aluno da língua estrangeira (LE). Nesse contexto, e se tratando da vida acadêmica de um futuro professor de línguas, essas hesitações interferem de forma direta no papel do profissional. Nesse sentido, Barcelos (2006-A, p. 25) esclarece que:

As crenças exercem um forte impacto em nosso comportamento. Assim, se uma professora acredita que seu papel é o de ser um facilitador, em sua prática, dadas as condições necessárias, ela poderá tentar exercer esse papel, interferindo o menos possível, formulando atividades onde os alunos possam exercer maior controle, criando um ambiente favorável de aprendizagem onde sua interferência seja mínima.

A autora cita, ainda, que não são apenas as crenças que podem ocasionar e interferir em algumas atitudes. No caso do aluno, suas ações, seus costumes e experiências também podem servir como uma “tomada de consciência”. Nesse sentido, se o estudante acredita que pode desenvolver sua aprendizagem de uma certa maneira, como assistindo a um filme ou ouvindo uma música, por exemplo, ele passará a ver esse método de forma mais benéfica e eficaz para adquirir a língua em estudo.

Em contrapartida, Barcelos (2006-A) contesta que essa forte relação de correspondência entre as crenças e as ações não é uma constante. A autora discute que “na verdade, nem

sempre agimos de acordo com o que acreditamos, daí pode surgir o conflito ou a dissonância entre o que se pensa e o que se faz”. (BARCELOS, 2006-A, p. 27).

Diante desses conflitos, e em razão da relevância e das curiosidades que esse tema - especialmente relacionado à aprendizagem de línguas - desperta, é importante desmistificar ideias errôneas que muitos graduandos, futuros professores da LI, ainda sustentam.

No caso da pronúncia da Língua Inglesa, o que se deve levar em conta é que não existe um único padrão para se seguir. Sobre essa questão, Lima (2009, p.71) ressalta que:

Devido à expansão e domínio desse idioma, finalmente, chegou-se à conclusão de que não há um sotaque nativo de referência para todos aqueles que estudam e ensinam o inglês como LE. Resultado da impossibilidade de eleger o modelo a seguir; de defender o inglês “mais correto”.

Considerando que para haver a inteligibilidade da língua deve-se atentar para essas variedades em um único idioma, Lima (2009, p.71) defende que “há mesmo que se estabelecer padrões para não correremos o risco de alcançar tempos de total incompreensão entre os usuários de inglês enquanto LE”. Essas questões são refletidas tanto por professores da área, quanto por alunos graduandos e falantes da língua.

### **3. Pronúncia e ensino de língua inglesa**

A fonética da língua inglesa, geralmente, não é bem aceita por parte de alguns graduandos do curso de Letras. Esta afirmação se justifica pelo fato de muitos acreditarem que a matéria é complexa e mal passada para os estudantes do ensino fundamental e médio, visto que, esta ainda é uma área muito restrita, para a qual não é atribuída tanta atenção em cursos de idiomas ou, tampouco, escolas regulares.

Como base inicial, destacamos as reflexões de Mattos e Souza (2007), os quais trazem contribuições importantes com relação a essa problemática. Tais autores nos apresentam algumas ideias sobre o ensino e a aprendizagem da parte fonológica da língua, foco do nosso estudo. Para eles, a pronúncia é parte muito importante para a comunicação em uma língua estrangeira, visto que, compreende não apenas a habilidade de expressão oral, mas também a

prática de compreender a fala de outras pessoas, ou seja, “a pronúncia não é apenas uma habilidade isolada, pouco relacionada com os outros aspectos do conhecimento que temos de uma língua, mas sim um aspecto central da comunicação”. (MATTOS e SOUZA, 2007, p.85).

Ao ingressar no curso e ouvir falar sobre esse componente curricular, muitos graduandos têm a impressão que vão aprender a pronunciar “correto”, e acabam se enganando ao perceber que há, de certa forma, uma flexibilidade em relação à produção fonética da língua em razão das variações.

Com relação às opiniões desses alunos graduandos e, sobretudo, a construção desses pré-conceitos relacionados ao ensino e a aprendizagem da língua e suas possíveis conseqüências, é importante destacar que Silva (*apud* SILVA, 2007, p. 255) cita que:

As crenças sobre o ensino e aprendizagem de línguas [...] têm inúmeras implicações para o processo de ensino e aprendizagem de línguas e para a formação de professores. A primeira implicação refere-se ao processo de permitir/incentivar a tomada de consciência, por parte dos futuros professores, de suas próprias crenças, e das crenças em geral, aquelas existentes até mesmo na literatura de Linguística Aplicada (crenças sobre ensino/aprendizagem de LE, crenças sobre o papel do professor e do aprendiz de línguas, dentre outras).

Dessa forma, os alunos graduandos poderiam se conscientizar com relação a certas crenças que, geralmente, podem vir a interferir de forma mais séria, tanto na sua caminhada como formando, quanto na sua vida profissional como professor.

Sobre o ensino de inglês, Lima (2009, p.77) afirma que “é preciso lançar olhos críticos aos recursos didáticos de auxílio ao trabalho do professor”. Sabendo que os instrumentos do professor facilitam não apenas o seu trabalho, mas também contribuem para um melhor resultado com os alunos, é necessário adequar a escola e os universitários, futuros professores, para atingir os objetivos do ensino da pronúncia da LI.

Mattos e Souza (2007, p.84) argumentam que “por vários motivos, professores de inglês costumam deixar o ensino da pronúncia de lado, ou simplesmente não planejam sua inclusão nos programas de ensino por eles elaborados”. Talvez essas práticas negativas de professores em relação à pronúncia sejam conseqüências diretas desta falta de conhecimento da parte

fonológica da língua inglesa (LI), algo que já vem desde o ensino fundamental/médio e interfere no ensino superior (no caso do estudante de Letras).

Barcelos (2006-B), analisando as narrativas, crenças e experiências de universitários de inglês, sobre os locais onde se aprende língua estrangeira no Brasil, destaca que os graduandos vêm a escola pública e a escola de idiomas como dois mundos completamente distintos. Dessa forma, “[...] as crenças desses alunos em relação aos dois lugares formais de se aprender línguas no Brasil, moldam as suas crenças e suas experiências na universidade”. (BARCELOS, 2006-B, p.161)

Como resultado, a autora nos mostra que o aluno de Letras (língua inglesa), muitas vezes, se sente pessimista quanto ao seu desenvolvimento acadêmico, apenas pelo fato de crer que, por não ter tido acesso a uma escola exclusiva para a língua é inferior aos demais. Sendo assim, constatamos que a visão dos alunos é que a escola de idiomas é “um lugar que não apresenta problemas de aprendizagem para os alunos e onde a competência dos professores não é questionada [...]” (BARCELOS, 2006-B, p. 160). No decorrer da sua pesquisa, Barcelos (2006-B, p.169) ainda afirma que:

Através da narrativa foi possível não só desvendar algumas das crenças dos alunos a respeito de si próprios e dos lugares de se estudar línguas, como também compreender melhor a interação de suas experiências anteriores com suas experiências do presente e do futuro.

Através das considerações da autora, podemos perceber alguns dos conflitos enfrentados pelos graduandos, bem como destacar suas visões, expectativas e experiências em relação à aprendizagem da língua.

Quando tratamos da pronúncia do inglês, essas questões ganham força, pois os alunos, possuindo esses tipos de crenças, geralmente se sentem temerosos ao se expressarem na língua oralmente. O medo de errar diante dos outros é um fator negativo e bem marcante nesse momento. Como consequência, esse medo, de certa forma, bloqueia a evolução na língua.

Na tentativa de solucionar esses problemas, Valério (2007) assegura que “a incorporação de atividades orais, especialmente as de *speaking*, em sala de aula, podem

promover a motivação e facilitar sobremaneira o processo de aprendizagem”. (VALÉRIO, 2007, p.103; grifo do autor).

É preciso entender, portanto, que é papel do professor criar situações nas quais os alunos sejam encorajados a falar inglês. Nesse sentido, as afirmações de Valério (2007) confirmam a ideia de que o professor precisa se motivar quanto ao ensino da pronúncia, para posteriormente ser capaz de motivar e incentivar a aprendizagem e a evolução dos alunos na parte oral da língua.

### **Considerações Finais**

Diante de nossos estudos, constatamos que a precariedade do ensino de pronúncia nas escolas é algo já sabido por alunos graduandos e interessados nesta área. Muitos professores de Inglês, do ensino fundamental e médio, preferem não inserir a prática do *speaking* nas suas aulas, pelo fato de ainda sustentarem que este não é foco do currículo, e por considerar que a Língua Inglesa é, por diversos fatores, difícil de ser abordada junto a estes estudantes.

Considerados esses aspectos, podemos concluir que estas visões errôneas interferem na formação do graduando e, conseqüentemente, na postura deste como profissional, o qual provavelmente tende a seguir a mesma metodologia de muitos professores de inglês, que, infelizmente, ainda prendem-se, única e exclusivamente, aos termos gramaticais da língua.

Por fim, acreditamos que a avaliação de determinadas crenças acerca desta temática, além de permitir ao aluno uma reflexão sobre o ensino da Fonética e da pronúncia da Língua Inglesa em cursos de graduação, promove uma reavaliação da abordagem e da metodologia adotada no ensino/aprendizagem da mesma nas escolas.

### **Referências Bibliográficas**

BARCELOS, A. M. F. Cognição de professores e alunos: tendências recentes na pesquisa de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. In: ABRAHÃO, M. H. V., BARCELOS, A. M; F. (orgs.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. São Paulo: Pontes Editores, 2006-A.

- BARCELOS, A. M. F. Metodologia de Pesquisa das Crenças sobre Aprendizagem de Línguas: Estado da Arte. In: *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v.1, n.1, 2001. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- BARCELOS, A. M. F. Narrativas, Crenças e experiências de aprender inglês. *Linguagem & ensino*. V.9, n.2, p.145-175, 2006-B.
- COELHO, H. S. H. É possível aprender inglês na escola? Crenças de professores sobre ensino de inglês em escolas públicas. In: ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (orgs.). *Crenças e ensino de línguas – foco no professor, no aluno e na formação de professores*. São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- FELIX, A. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada), Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1998.
- LIMA, Joceli Rocha. Correção de pronúncia e da identidade do aluno de letras. In: LIMA, Diógenes Candido de. (org.). *Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas*. São Paulo: Parábola, 2009, p. 69-78.
- MATTOS, A. M. A.; SOUZA, R. A. O ensino e a aprendizagem da pronúncia do inglês. In: PAIVA, V. L. M. (org.). *Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 83-102.
- SILVA, Kleber Aparecido da. Crenças sobre o ensino e aprendizagem de línguas na Lingüística Aplicada: um panorama histórico dos estudos realizados no contexto brasileiro. *Linguagem & ensino*. V.10, n.1, p. 235-271, jan./jun.2007
- VALÉRIO. K. M. Ensinando a falar inglês. In: PAIVA, V. L. M. (org.). *Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 103-128.

Recebido em 06 de outubro.  
Aceito em 08 de novembro de 2010.

## Literatura

## Uma Discussão sobre os Elementos Utópicos e Distópicos em *A Revolução dos Bichos*

Fernanda Cristina N. dos Santos<sup>2</sup>  
Luciene Matos<sup>3</sup>  
Lucilene de Oliveira<sup>4</sup>

**Resumo:** Este texto discute no romance alegórico *A Revolução dos Bichos* (*Animal Farm*), de George Orwell o tema da utopia e distopia. Relacionamos temas como Marxismo/Socialismo, Regime Totalitário, especialmente o Stalinismo, e também fazemos uma comparação entre a obra de George Orwell e a Revolução Russa.

**Palavras-chave:** Utopia, Distopia, Orwell, Revolução Russa.

**Abstract:** This text discusses in the allegorical novel *Animal Farm* by George Orwell the theme of utopia and dystopia. We also comment on themes such as Marxism/ Socialism, Totalitarian Regime, specially the Stalinism, and finally we compare the Orwellian novel with the Russian Revolution.

**Key words:** Utopia, Dystopia, Orwell, Russian Revolution.

### Introdução

Neste artigo, discutiremos o tema da utopia e da distopia na obra *A Revolução dos Bichos* de George Orwell, publicada em 1945<sup>5</sup>. Esta fábula é uma sátira aos governos totalitários, principalmente à Revolução Russa e a Stálin. Temos como recorte o idealismo utópico de sociedade “perfeita” no discurso da personagem porco Major que, na possibilidade de se efetivar quando da ascensão dos porcos ao poder, resulta em uma distopia.

Orwell começou a escrever *Animal Farm* em novembro de 1943<sup>6</sup> e terminou três meses depois. Porém, não conseguia publicá-la devido à situação política da época, ou seja, havia uma rígida divisão de nações que terminaram por formar os dois grandes grupos inimigos que

<sup>2</sup> Acadêmica cursando o 5º semestre do curso de Letras da UNEMAT – Pontes e Lacerda, e-mail: [letrasunemat32@gmail.com](mailto:letrasunemat32@gmail.com).

<sup>3</sup> Acadêmica cursando o 5º semestre do curso de Letras da UNEMAT – Pontes e Lacerda, e-mail: [lucienematosdocarmo@yahoo.com.br](mailto:lucienematosdocarmo@yahoo.com.br).

<sup>4</sup> Acadêmica cursando o 5º semestre do curso de Letras da UNEMAT – Pontes e Lacerda e bolsista de Iniciação Científica-PIBIC (Linguística), e-mail: [lucioliveira56@gmail.com](mailto:lucioliveira56@gmail.com).

<sup>5</sup> Este trabalho foi proposto no curso de Literatura Inglesa no 4º semestre, sob orientação do Prof. Dr. Helvio Moraes.

<sup>6</sup> Sobre isto, Orwell relata em um prefácio à primeira edição inglesa: “Este livro começou a ser concebido, ou pelo menos sua ideia central, em 1937, mas só comecei a escrevê-lo no final de 1943” (ORWELL, 2007, p. 125).

deflagraram a Segunda Guerra Mundial durante o período de 1939 a 1945: Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e Aliados (Inglaterra, URSS, França e Estados Unidos). Desse modo, sendo a Inglaterra aliada de guerra da URSS, não convinha que se publicasse algo que falasse mal dos aliados, o que aconteceu com o livro de Orwell, porque se tratava de uma denúncia do que ocorria na Rússia soviética, e também, de uma ofensa ao líder soviético Stálin:

Mencionei a reação que colhi junto a um importante funcionário do Ministério da Informação quanto a *A revolução dos bichos*, e devo confessar que a opinião que ele manifestou me fez pensar muito seriamente [...] Agora vejo o quanto a publicação do livro no momento atual pode ser considerada de extrema inconveniência. Se a fábula tratasse de ditadores e ditaduras em geral, não haveria problema em publicá-la, mas ela, como agora entendi, corresponde tão completamente aos fatos ocorridos na Rússia soviética e a seus dois ditadores que só pode se aplicar à Rússia [...] Creio que a escolha dos porcos para a casta governante irá certamente ofender muita gente, especialmente as pessoas mais suscetíveis, como sem dúvida é o caso dos russos (ORWELL, 2007, p. 126).

Na Inglaterra, o que se dizia sobre o Estado Russo Soviético era distorcido pela propaganda totalitária, daí que o livro de Orwell foi censurado e rejeitado, não somente neste país, mas também em vários outros envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

Para o autor de *A Revolução dos Bichos*, o que acontecia na URSS não podia ser chamado de socialismo, ao contrário, “ficava chocado diante dos sinais claros de sua transformação numa sociedade hierarquizada, em que os governantes não têm mais razão de desistir do poder [...]” (ORWELL, 2007, p.144).

Escrita em meio ao funcionamento de muitos governos totalitários, como o nazista e o fascista e apesar de ser, especialmente, uma crítica ao stalinismo na URSS, “nada impede que a interpretação da obra se estenda para uma realidade mais global da história mundial” (FONTANA, 2010, p.33). Afinal, o que ocorria na URSS também era a forma de governo totalitária.

No regime totalitário, o Estado procurava controlar, por meio da repreensão e força, totalmente a vida da sociedade. Assim, qualquer tipo de manifestação contra o governo era punida brutalmente. A partir disso, compreendemos que a fábula de Orwell é baseada em suas experiências vividas neste período, como afirma Williams: “a more complete projection of his way of seeing the world than anything else he wrote” (1971, p. 70). Desta maneira, Orwell

produziu uma história facilmente compreensível e traduzível em várias línguas (2007, p. 145) com a intenção de denunciar o mito soviético.

A obra carrega em si uma utopia que resulta em uma distopia conforme os fatos narrados nela e também porque temas como Marxismo e regime totalitário (especialmente o stalinismo), projetados na obra, se relacionam.

A utopia como gênero literário nasceu do desejo racional do homem de guiar seu próprio destino e o da humanidade de forma crítica. Não podemos deixar de citar Thomas More, criador da palavra, através de sua obra *Utopia*, nome dado ao seu país imaginário. A partir disso, utopia passou a ser “a descrição dos aspectos constitutivos imaginários de uma sociedade ideal” (DUBOIS, 2009, p.22). Desse modo, conforme Berriel (2005, p. 06), utopia é uma construção imaginária de uma possível realidade que não se efetivará, ela não tem um passado e nem vê um futuro, se dá como obra perfeita.

De acordo com Berriel (*on-line*, 2010), toda utopia tem como característica o insularismo, ou seja, toda obra utópica tem um espaço geográfico idealizado, cujo objetivo é proteger a sociedade da corrupção do mundo. Outra característica é a autarquia, independência econômica quase absoluta da sociedade utópica, baseada em uma economia normalmente agrícola, garantia da independência, e no desprezo pelo dinheiro. N’A *Revolução dos Bichos*, os animais também deviam desprezar, consoante os ensinamentos do porco Major, o contato com dinheiro e a comercialização. Temos também a defesa da legislação e instituições, assim como, da uniformidade social, que implicam na ideia de que a vontade do cidadão é a vontade do Estado, e o coletivismo, ausência de propriedades pela justificativa de que todos são iguais.

Desta forma, pensando em tudo o que foi dito acima em relação a *A Revolução dos Bichos*, seu leitor percebe que o elemento utópico se encontra no inflamado discurso proferido pela personagem porco Major, logo no início do escrito. Este era o porco procriador da Granja do Solar, cujo dono era o senhor Jones. Se pensarmos na história da Revolução Russa paralelamente à obra de Orwell, senhor Jones representa a monarquia e a burguesia russa (respectivamente, sistema absolutista e capitalista) que exploravam o proletariado. Esta classe é representada na obra pelos cavalos Sansão, Quitéria e os demais animais. Major, segundo Fontana, é a representação de Karl Marx, elaborador do socialismo científico ou marxismo,

mas acreditamos que este fato não pode ser afirmado, pois o Major poderia ser muito bem, a figura do líder revolucionário russo, Lênin, porque este seguia o pensamento marxista com fervor<sup>7</sup>. Líder da Revolução Russa de 1917 e do Partido Comunista Russo, Lênin acreditava que o Socialismo era a base certa para a construção de uma sociedade igualitária. Para isto, aceitava em seu partido somente pessoas com formação teórica no Marxismo, teoria que estudou fortemente.

Para Lênin, a monarquia e a burguesia (ou o capitalismo) não se interessavam pela classe proletária, pelo contrário, exploravam-na extremamente. Por isso, o líder da Revolução Soviética defendia a implantação de uma *ditadura do proletariado* e acreditava que somente uma revolução socialista, de base marxista era capaz de reerguer a Rússia.

Entretanto, conforme Fontana, o marxismo tomado como ideologia, “pode legitimar um governo que contradiz essencialmente suas concepções originais [...] e *obscurecer a realidade dos indivíduos, impossibilitando a crítica e a luta efetiva*”. (2010, p. 143; grifo nosso). Ou seja, o Marxismo/Socialismo passa a ser uma desculpa para as ações do governo que apenas pretende centralizar o poder nas mãos de um grupo ou um indivíduo. E isto, explica Berriel (2005, on line), é contrário à posição utópica, quer dizer, é revertido em distopia. Desse modo, a Rússia pode até ter tido bons resultados na produção econômica, mas sua política não foi de uma república proletária, e sim, de uma classe política dominante sobre a dominada (proletariado). Dessa maneira, a história da URSS se assemelha à da fábula criada por Orwell.

De início, todo marxista acreditava que a única força capaz de transformar o mundo era o proletariado e ainda, que todos deviam lutar por igualdade e liberdade. Assim também pensava o porco Major quando denunciava as injustiças que os bichos da Granja do Solar sofriam – “Nenhum animal na Inglaterra sabe o que é felicidade ou lazer após completar um ano de vida. Nenhum animal na Inglaterra é livre. A vida do animal é feita de miséria e escravidão: essa é a verdade nua e crua” (ORWELL, 2007, p. 12). Desta maneira, temos n’A *Revolução dos Bichos* uma utopia fundada na instituição política (resultado de um confronto

---

<sup>7</sup> Lênin era um seguidor atônito de Karl Marx. Escreveu vários artigos sobre sua teoria e sua vida, como podemos ver em *Karl Marx (Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposição do Marxismo)*, de 1914, e *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, de 1913. Neste texto, ele declara sua admiração à teoria Marxista e ao seu criador dizendo o seguinte: “A doutrina de Marx é onnipotente porque é exacta. É completa e harmoniosa, dando aos homens uma concepção integral do mundo [...] O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX [...]” (Lenine, 1913).

entre seres humanos como exploradores e animais como explorados)<sup>8</sup>, de que todos os animais devem ser iguais. Se não fosse política, a instituição poderia ser religiosa ou econômica.

Como já foi dito acima, a utopia enquanto gênero literário tem como característica fundamental o insularismo, que corresponde “à exigência de preservar a comunidade da corrupção externa e de apresentar um mundo fechado, um microcosmo no qual existem leis específicas que escapam ao campo magnético do real” (BERRIEL, 2003, on line). Portanto, para ter uma sociedade *perfeita* na utopia é preciso ter um lugar onde ela possa existir, este lugar deve proteger a sociedade utópica do mundo exterior. O espaço utópico da idealização do Major é a Granja do Solar que, depois da revolução passa a ser chamada de Granja dos Bichos. Neste lugar os animais seriam todos iguais, não dependeriam economicamente de mais ninguém, pois o trabalho de todos seria para seu próprio benefício, além, é claro, de que o que necessitassem seria produzido na própria granja. Temos aí, o que descrevemos como autarquia. Todos os animais respeitariam os princípios do animalismo, teoria desenvolvida pelos porcos, baseada nos ensinamentos do Major. E ainda, a Granja era de todos, afinal, todos os animais eram iguais. Além disso, todos os homens, considerados como inimigos, eram ruins e os animais deviam desprezá-los a fim de que fosse protegida e respeitada a integridade dos princípios animalistas.

O Major idealizou uma sociedade utópica, somente de animais, em que não haveria mais injustiças, todos seriam iguais. Ele idealizou “uma sociedade que se supõe perfeita em todos os sentidos” (BERRIEL, 2010, on line). Quando morreu, seus seguidores, os porcos Napoleão e Bola de Neve, passaram a estudar seus ensinamentos e aplicá-los à vida dos outros bichos:

[...] haviam organizado os ensinamentos do Major num sistema de pensamento a que deram o nome de Animalismo. Várias noites por semana, depois que Jones dormia, faziam reuniões secretas no celeiro e expunham aos outros os princípios do Animalismo (ORWELL, 2007, p.19).

---

<sup>8</sup> Major acreditava que o problema dos animais eram os seres humanos: “O Homem é o nosso verdadeiro e único inimigo. Retire-se da cena o Homem e a causa principal da fome e da sobrecarga de trabalho desaparecerá para sempre” (ORWELL, 2007, p. 12).

No entanto, segundo Berriel, toda utopia pode trazer consigo a própria distopia, ou seja, a negação daquela (2004, p. 05). O estudioso nos apresenta dois momentos da História que contribuíram para a formação da distopia: A Igreja Católica tridentina e o Estado Soviético (que nos interessa aqui). Essas Instituições, segundo Berriel, se davam como *obras perfeitas* e por isso, “utopias já realizadas” (2005, p. 09).

Porém, na verdade, tratam-se de distopias, pois, no caso do Estado Soviético, o indivíduo é submetido à vontade do Estado, que supostamente geraria soluções para problemas ainda não identificados, visando o *bem-estar coletivo*.

Figueiredo, ao comentar sobre algumas obras distópicas<sup>9</sup>, afirma que:

[...] mostram um mundo onde os sujeitos são submetidos a um poder central, totalitário e têm suas liberdades individuais continuamente cerceadas [...] em nenhuma dessas obras [...] os sujeitos parecem estar insatisfeitos, ao contrário, a massa parece devidamente organizada e feliz (2009, p. 356).

Isto também ocorre na obra de Orwell. Os animais sentiam-se felizes e orgulhosos por não terem mais que se submeterem aos maus-tratos dos seres humanos e às suas ordens, e sim, trabalhar a benefício próprio. Contudo, na realidade, viviam tão miseravelmente com os porcos no poder quanto no tempo em que Jones era o dono da Granja:

Todo aquele ano, os bichos trabalharam feito escravos. Mas trabalhavam felizes; não mediam esforços ou sacrifício, cientes de que tudo quanto fizessem reverteria em benefício deles próprios e dos de sua espécie, [...] e não em proveito de um bando de seres humanos preguiçosos e aproveitadores. [...] Esse trabalho era estritamente voluntário, porém o bicho que não aceitasse teria sua ração diminuída pela metade (ORWELL, 2007, p.52).

Desta forma, sabemos que *A Revolução dos Bichos* é uma sátira do mito Soviético. Por que mito? O pensamento marxista, tanto aplicado num dado contexto histórico e com uma leitura bastante particular (Revolução Russa) quanto na ficção (*A Revolução dos Bichos*), tornou-se uma distopia a partir do momento em que o poder é centrado nas mãos de um

---

<sup>9</sup> Obras como *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley; *1984* de George Orwell; e *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury.

indivíduo ou grupo. Na obra de Orwell, esse poder é dado aos porcos por serem “reconhecidos como os mais inteligentes dos bichos” (ORWELL, 2007, p. 18).

Na obra, os porcos Napoleão e Bola de Neve, respectivamente, são a representação caricatural de Stálin e Trotski. Algum tempo depois da revolução dos bichos, as coisas começam a mudar na *Granja dos Bichos*. Napoleão e Bola de Neve se desentendem e logo Napoleão expulsa seu antigo aliado com violência da Granja. Esse episódio na URSS acontece entre Stálin e Trotski, marcando o início da ditadura Stalinista. Passa-se, portanto, a se fazer cultos à personalidade de Stálin, líder do Estado. O mesmo ocorre n’A *Revolução dos Bichos*. E esta função, na narrativa, é desempenhada pelo porco Garganta e pelas ovelhas. Estas repetiam a máxima dos Setes Mandamentos da Revolução dos Bichos como justificativa às atitudes totalitárias do governo de Napoleão, como, por exemplo, a chacina de animais e a expulsão de Bola-de-neve, quer dizer, era uma forma de ameaçar os animais, pois as ações do governo Napoleônico eram para se evitar a volta da espécie humana à Granja.

Aí estrondaram as ovelhas um formidável balido de “Quatro pernas bom, duas pernas ruim”, que durou cerca de um quarto de hora, acabando com qualquer hipótese de discussão (ORWELL, 2007, p. 48).

O persuasivo porco Garganta, de acordo com Fontana, “tinha a função de manipular os bichos e incutir em suas mentes falsas informações e ideias oriundas da transfiguração do Animalismo” (2010, p.140). Na medida em que os porcos praticavam ações inversas às que diziam os Sete Mandamentos, estes eram alterados pelo porco Garganta. Assim, todas as atitudes dos porcos e de Napoleão eram justificadas pelo astuto e persuasivo porco que dizia ser *para o bem de todos e que tudo estava de acordo com o animalismo*, quando na verdade, os animais eram ideologicamente persuadidos por ele a mando de Napoleão.

Além de alterar os princípios animalistas, Garganta enaltecia a personalidade de Napoleão:

Mais tarde, Garganta foi mandado percorrer a granja para explicar a nova situação aos demais. “Camaradas”, ele disse, “tenho certeza de que cada animal compreende o sacrifício que o Camarada Napoleão faz ao tomar sobre os seus ombros mais esse trabalho. Não pensem, camaradas, que a liderança seja uma prazer. Pelo contrario, é uma enorme e pesada responsabilidade. Ninguém mais que o Camarada Napoleão crê firmemente que todos os bichos são iguais. Feliz seria ele se pudesse deixar-vos tomar decisões por vossa própria vontade; mas às vezes poderíeis tomar decisões

erradas, camaradas; e então, onde iríamos parar? [...]. (ORWELL, 2007, p. 48-49).

Os princípios do animalismo são alterados a partir do quarto mandamento, quase que despercebidamente pelos outros bichos, a benefício dos porcos. O último mandamento, “todos os bichos são iguais”, foi alterado para “todos os bichos são iguais, mais alguns são mais iguais que outros”, (ORWELL, 2007, p. 106), afirmando assim uma divisão política na Granja, ou seja, deixa-se a coletividade. Desse modo, “as alterações só tinham por finalidade a melhora da vida dos porcos que administravam a fazenda” (FONTANA, 2010, p. 135).

A construção do moinho de vento tão almejada pelos bichos é a metáfora da construção de uma URSS Socialista. Porém, assim como o moinho de vento, o socialismo na Rússia não alcançou os fins desejáveis, que deveriam ser a defesa da classe operária para proporcionar uma qualidade de vida melhor a ela e a igualdade entre indivíduos.

O moinho de vento, afinal, fora concluído com êxito, [...], entretanto, não era usado para gerar energia elétrica. Usavam-no para moer cereais, *coisa que dava bom dinheiro* [...] Mas naquele luxo de que Bola-de-neve lhes falara certa vez – baias com luz elétrica e água quente e fria – e na semana de três dias não se falava mais. *Napoleão denunciara tais idéias como contrárias aos princípios do animalismo. A verdadeira felicidade, dizia, estava em trabalhar bastante e viver frugalmente* (ORWELL, 2007, p. 102; grifo nosso).

O choque contra a realidade derrubou os ideais utópicos do Major. A sociedade perfeita com a qual o porco Major sonhara se mostrou irrealizável. Assim, a Granja dos Bichos volta a ser a Granja do Solar e alguns *animais são mais iguais que outros*.

Podemos reafirmar que Orwell faz uma perfeita sátira, que não é apenas uma crítica à Revolução Russa, mas também uma crítica a todos os governos totalitários e uma leitura pessoal da teoria marxista.

Sua obra nos possibilita verificar um momento histórico específico em que a proposta generosa da utopia revela também um lado perverso, exatamente o seu contrário: em busca de se construir uma sociedade justa, o resultado de tal programa se configura como um sistema político extremamente opressor. Contudo, a fortuna crítica deste romance nos indica que há algo mais: a crítica de Orwell se estende a qualquer ação com propensão ao totalitarismo, ou a

qualquer regime que venha a cercear por completo os direitos individuais a favor da manutenção de um Estado perverso.

### Referências Bibliográficas

- BERRIEL, Carlos E. O. *A utopia como gênero, ou as possibilidades de uma tipologia utópica*, 2003, disponível em: <http://www.santiago.cu/hosting/linguistica/Descargar.php?archivo....pdf>. Acesso em: 23. Jul. 2010.
- BERRIEL, Carlos E. O. Editorial. In: *Morus - Utopia e Renascimento*, n. 2, 2005, pp. 05-10.
- BERRIEL, Carlos E. O. Utopia, ou o melhor dos mundos num mundo distópico. In: *Jornal da Unicamp*, Ed. 310, 2005, disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/novembro2005/ju310pag06.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2005/ju310pag06.html), acesso em: 05. Out. 2010.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. Historia de uma palavra: Ensaio de definição da utopia. In: *Problemas de utopia*. DUBOIS, Claude-Gilbert. Traduzido por Ana Claudia R. Ribeiro. Campinas Ed. Publiel, pp. 21-26.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas. Da utopia à distopia: política e liberdade. In: *Eutomia*, v.1, n.1, Jul. 2009, pp.324-362.
- FONTANA, Felipe. Teoria e suas implicações: compreensão da utilização do Animalismo na Revolução dos Bichos e do Marxismo na URSS de Stálin. *Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar*, n.21, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Uritagua/article/viewFile/8519/5635>. Acesso em: 23. Jul. 2010.
- FRYE, Northrop. *George Orwell: the critical heritage*. Editado por Jeffrey Meyers. New York e London. Routledge, 2002, pp. 206-208.
- MEYERS, Jeffrey. *George Orwell: the critical heritage*. New York e London. Routledge, 2002, p. 204.
- MINERVA, Nadia. De uma definição a outra: sobre Alguns prefaciadores franceses de utopia de Thomas Morus. Tradução de Ana Claudia R. Ribeiro e Helvio Gomes Moraes In: *Morus – Utopia e Renascimento*, n.1, 2004.
- ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Traduzido por: Heitor Aquino Ferreira – 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PASSOS, Mateus Yuri R. da Silva. Distopias: presságios de um futuro nefasto. In: *Revista Estudos do Futuro*, v. 1, n. 1, fev., 2007. Disponível em: <http://www.nef.org.br/revista.1/11>. Acesso em: 23. Jul. 2010.
- WILLIAMS, Raymond. Projections. In: *George Orwell*. WILLIAMS, Raymond. New York, Columbia University Press, 1981. Cap. VI, pp.69-75.
- WILSON, Edmund. *George Orwell: the critical heritage*. Editado por Jeffrey Meyers. New York e London. Routledge, 2002, pp. 204-205.

**Sites:**

Guerra Fria, disponível em: <http://www.suapesquisa.com/guerrafria/>, acesso em: 24, set, 2010.

Lênin, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lenin>, acesso em: 28, set, 2010.

Stalinismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stalinismo> , acesso em: 24, set, 2010.

Segunda Guerra Mundial, disponível em: <http://www.suapesquisa.com/segundaguerra/>, acesso em: 24, set, 2010.

Segunda Guerra Mundial, disponível em: <http://www.guerras.brasilecola.com/seculo-xx/a-segunda-guerra-mundial.htm>, acesso em: 24, set, 2010.

Stalinismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stalinismo> , acesso em: 24, set, 2010.

Recebido em 10 de outubro de 2010.

Aceito em 10 de novembro de 2010.

## O transgredir da personagem Capitu em Dom Casmurro: manifestações de um ser fictício.

Consoelo Costa Soares<sup>10</sup>

**Resumo:** Neste estudo perpetraremos uma reflexão sobre Capitu figura feminina do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis, comparando-a com Desdêmona, personagem de *Otelo, o mouro de Veneza* de William Shakespeare. Por meio dessa comparação entre Capitu e Desdêmona verificamos que ambas possuem comportamentos diferenciados para época e espaço em que estiveram inseridas. Em virtude disso, são transgressoras aos padrões sociais. Contudo, há uma diferença no modo como infringem tais padrões sociais. Capitu é transgressora porque sabe se impor e tomar atitudes que caberiam ao homem e isso a faz romper com o padrão social. Quanto a Desdêmona, ela é transgressora porque ao se casar com um homem diferente da sua classe social, ela também rompe com o padrão social. Entretanto, a sua transgressão é diferente da transgressão de Capitu, uma vez que Capitu além de transgredir sai da condição de indivíduo que tem suas possibilidades delimitadas por padrões de uma sociedade, para se confirmar enquanto aquela que decide as próprias potencialidades.

**Palavras-chave:** Capitu, Desdêmona, Comportamentos, Sociedade, Transgressão.

**Abstract:** In this study we have perpetuated a reflection on Capitu female figure of the novel *Dom Casmurro* Machado de Assis, comparing it with Desdemona, a character of *Othello, the Moor of Venice* by William Shakespeare. Through this comparison Capitu and Desdemona found that both have different behaviors for time and space in which they were entered. As a result, they are offending social standards. However, there is a difference in how social patterns such breach. Capitu is transgressive because he knows impose himself and take actions that would fit the man and that makes it break with the social standard. As for Desdemona, transgressive because it is by marrying a different man of her class, she also breaks the social norm. However, their offense is different from the transgression of Capitu since Capitu while infringing leaves the individual who has provided his chances bounded by the standards of a society, to confirm that while deciding their own potential.

**Keywords:** Capitu, Desdemona, Behavior, Society, Trasgression.

### Introdução

Antes de falarmos de Capitu é necessário que primeiramente falemos de Bento Santiago, o narrador do romance, pois é através deste que conhecemos Capitu. É ele, Dom

---

<sup>10</sup>Graduada em Letras pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), Campus de Pontes e Lacerda-MT Email: [consume@hotmail.com](mailto:consume@hotmail.com)

Casmurro como era chamado, quem revela ao leitor a imagem e as ações que envolvem a protagonista, por isso só conhecemos de Capitu aquilo que o narrador nos comunica. Narrador este que a todo o momento na narrativa faz uso de estratégias a fim de conduzir o leitor a formar sua opinião sobre o enredo a partir daquilo que ele como narrador acredita ser a verdade do texto, isto é, o narrador tenta fazer com que o leitor seja absorvido na e pela narração.

Marta de Senna (2001) fala dessa habilidade do narrador de tentar induzir o leitor. Segundo ela, trata-se de uma estratégia de embuste, ou seja, “aquela através da qual o narrador machadiano se compraz em construir, quase a cada página, um *trompe l’oeil* que condiciona o olhar do leitor a ver o que não é, a não ver o que é”, explica que

Dom Casmurro é um narrador congenitamente embusteiro, já que nasce na narrativa e para a narrativa explicando-se através do engodo: adverte que seu cognome, "Casmurro", não deve ser entendido como está nos dicionários, isto é, "teimoso", "obstinado", "cabeçudo" — que é o que ele é; e, sim, como "homem calado e metido consigo" (capítulo I) — que é o que não é, pois é o único dono da voz nesse romance onde Capitu é implacavelmente silenciada. (Senna, 2001, p. 1)

Nesse sentido é cabível afirmarmos que a personagem Capitu só se torna visível aos olhos dos leitores por intermédio do narrador, tanto que a personagem não tem voz na narrativa porque é Casmurro enquanto narrador que toma a palavra e fala da amada.

Capitu nos é apresentada da seguinte maneira: na adolescência é esperta, inteligente, sabe contornar situações, coisa que Bentinho não era capaz de fazer, como no momento em que os enamorados estão no quintal de mãos dadas e de olhos fixos um no outro, “as mãos, unindo os nervos, faziam das duas criaturas uma só, mas uma só criatura seráfica.” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 29) Nesse momento o pai de Capitu se aproxima perguntando se Bento e Capitu estão jogando o siso, (jogo do sério) Bentinho fica imóvel sem saber o que fazer, contudo:

- Capitu respondeu por ambos.
- Estávamos, sim senhor, mas Bentinho ri logo, não agüenta,
  - Quando eu cheguei à porta, não ria.
  - Já tinha rido das outras vezes; Papai quer ver?

E séria, fitou em mim os olhos, convidando-me ao jogo. [...] Eu estava ainda sob a ação do que trouxe a entrada de Pádua e não fui capaz de rir, por mais que devesse fazê-lo, para legitimar a resposta de Capitu. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 30)

Além disso, o narrador nos mostra uma personagem decidida e disposta a lutar por seus interesses, pois a mesma via em Bentinho não apenas um amigo, mas seu futuro esposo. Diante da notícia que Bentinho teria que ir para o seminário, o narrador nos mostra uma personagem ardilosa capaz de arquitetar planos para impedir que seu amado se torne padre. O narrador conta-nos a reação de Capitu ao receber essa notícia:

Capitu não parecia crer nem descrer, não parecia se quer ouvir; era uma figura de pau. Quis chamá-la, sacudi-la, mas faltou-me ânimo. Essa criatura que brincara comigo, que pulara, dançara, creio até que dormira comigo, deixava-me agora com os braços atados e medrosos. Enfim, tornou a si, mas tinha a cara lívida e rompeu nestas palavras furiosas; -Beata! Carola! Papa missas! [...] Fiquei aturdido. Capitu gostava tanto de minha mãe e minha mãe dela que eu não podia entender tamanha explosão. [...] Quis defendê-la, mas Capitu não me deixou continuou a chamar-lhe beata e carola, em voz tão alta que tive medo fosse ouvida dos pais. Nunca a vi tão irritada como então; parecia disposta a dizer tudo a todos. Cerrava os dentes, abanava a cabeça... (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 34-35)

O narrador ainda nos conta a atitude de Capitu depois dessa explosão da adolescente nos mostrando que a personagem começa a arquitetar o plano que impediria Bentinho de ir para o seminário e, além disso, o mesmo faz questão de ressaltar o quanto Capitu é persuasiva ao convencer Bentinho a falar com José Dias para que este possa advogar para Bentinho na tentativa de fazer com que D. Glória desista da promessa de mandar o filho para o seminário, sendo assim observamos a conversa entre Capitu e Bentinho:

*Como vês, Capitu, aos quatorze anos, tinha já idéias atrevidas, (...) mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas, e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas aos saltinhos. [...]*

- Posso confessar?

- Pois, sim, mas seria aparecer francamente, e o melhor é outra coisa. José Dias...

- Que tem José Dias?

- Pode ser um bom empenho.

- Mas se foi ele mesmo que falou...
- Não importa, continuou Capitu; dirá agora outra coisa. Ele gosta muito de você. Não lhe fale acanhado. Tudo é que você não tenha medo, mostre que há de vir a ser dono da casa, mostre que quer e que pode...
- Não acho, não, Capitu.
- Então vá para o seminário.
- Isso não.
- Mas que se perde em experimentar? Experimentemos; faça o que lhe digo. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 37-38 grifo nosso)

Ao apresentar a personagem, o narrador também mostra a sua opinião a respeito de Capitu, porque o mesmo ao mostrá-la o faz, apontando para uma figura feminina misteriosa, encoberta de segredos, em outras palavras, este busca envolver o leitor na trama e convencê-lo a tomar partido a seu favor, uma vez que ao contrário de Capitu ele se mostra como um personagem inocente, que não tem a astúcia e ousadia de Capitu, ou seja, o narrador demonstra que Capitu é decidida, audaz a ponto de saber enfrentar os obstáculos que perpassam o seu caminho.

Vale salientar que o narrador conhece Capitu tão bem porque este conviveu com a mesma enquanto Bentinho, e agora na condição de narrador possui conhecimentos necessários para que ele possa falar de Capitu com autonomia de quem não só conviveu com ela desde a infância, mas também foi testemunha dos atos e ações da mesma.

Detentor desses conhecimentos a respeito de Capitu, em todo o texto o narrador vai construindo um perfil para a personagem, expondo Capitu como uma adolescente ardilosa que usa suas armas para seduzir Bentinho e conquistá-lo de uma vez por todas, o capítulo 44 intitulado “O primeiro filho” demonstra claramente essa questão, nesse sentido para dar melhor precisão na nossa compreensão analisamos alguns trechos do capítulo:

- Se você tivesse de escolher entre mim e sua mãe, a quem é que escolhia?
- Eu escolhia... mas para que escolher? Mamãe não é capaz de me perguntar isso. —Pois sim, mas eu pergunto. Suponha você que está no seminário e recebe a notícia de que eu vou morrer...
- ...Ou que me mato de saudades, se você não vier logo, e sua mãe não quiser que você venha, diga-me, você vem?
- Venho.
- Você deixa seminário, deixa sua mãe, deixa tudo, para me ver morrer?
- Não fale em morrer, Capitu!

Capitu teve um risinho descorado e incrédulo, e com a taquara escreveu uma palavra no chão, inclinei-me e li: mentiroso.

...Tive então uma idéia ruim; disse-lhe que, afinal de contas, a vida de padre não era má, e eu podia aceitá-la sem grande pena. [...] *eu sentia a secreta esperança de vê-la atirar-se a mim lavada em lágrimas.* Capitu limitou-se a arregalar muito os olhos, e acabou por dizer:

—Padre é bom, não há dúvida; O que eu não quero perder é a sua missa nova; avise-me a tempo para fazer um vestido à moda saia balão e babados grandes [...] Muita gente há de perguntar: "Quem é aquela moça faceira que ali está com um vestido tão bonito.

— E você no altar, metido na alva, com a capa de ouro por cima, cantando... Pater noster...

Ah! como eu sinto não ser um poeta romântico para dizer que isto era um duelo de ironias! [...] até ao meu golpe final que foi este:

—Pois sim, Capitu, você ouvirá a minha missa nova, mas com uma condição.

—Promete uma coisa?

—Que é?

—A falar verdade são duas coisas...

—A primeira é que só se há de confessar comigo, para eu lhe dar a penitência e a absolvição. A segunda é que...

—A primeira está prometida, disse ela [...] e acrescentou que esperava a segunda.

*Palavra que me custou, e antes não me chegasse a sair da boca: não ouviria o que ouvi, e não escreveria aqui uma coisa que vai talvez achar incrédulos.*

— A segunda... sim... é que... Promete-me que seja eu o padre que case você?

—Que me case? disse ela um tanto comovida.

Logo depois fez descair os lábios, e abanou a cabeça.

—Não, Bentinho, disse, seria esperar muito tempo, você não vai ser padre já amanhã, leva muitos anos...

*Olhe, prometo outra coisa; prometo que há de batizar o meu primeiro filho.* (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 77-78 grifo nosso).

Diante dessa atitude de Capitu, o narrador se mostra surpreso e inconformado porque ao tentar provocar Capitu dizendo que a vida de padre não era ruim ele esperava outra atitude da adolescente: “eu sentia a secreta esperança de vê-la atirar-se a mim lavada de lágrimas”, mas ao contrário disso, como vimos nas palavras de Bentinho, este é que saiu provocado. E diante dessa situação o narrador aproveita para mais uma vez incitar o leitor a tomar partido a seu favor, pois mesmo antes de Capitu dizer a resposta da segunda pergunta ele, o narrador nos diz: “Palavra que me custou, e antes não me chegasse a sair da boca: não ouviria o que ouvi, e não escreveria aqui uma coisa que vai talvez achar incrédulos.” Quando o narrador diz: “não

escreveria aqui uma coisa que vai talvez achar incrédulos” este tenta antecipar a opinião do leitor para que condene a atitude de Capitu.

Além disso, no próximo capítulo que não por acaso, tem o seguinte título: “Abane a cabeça, leitor”. Nesse capítulo o narrador diz: “Abane a cabeça. Leitor: faça todos os gestos de incredulidade [...] Foi assim mesmo que Capitu falou, com tais palavras e maneiras. Falou do primeiro filho como se fosse a primeira boneca” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 79), fica explícito que o narrador de fato cria estratégias e com seu discurso, expõe as atitudes audaciosas e altivas de Capitu.

É nesses momentos em que o narrador revela o quanto Capitu é audaciosa, altiva, inteligente, que é possível percebermos que Capitu é detentora de uma personalidade forte que concede a ela capacidade de se impor diante das coisas que lhe eram negadas. Esse modo de ser de Capitu permite que ela imponha sua opinião sobre as coisas e a torna uma mulher transgressora ao padrão social do século XIX, pois nesse período praticamente em todas as esferas sociais, a mulher tinha as suas possibilidades abrandadas, tanto que segundo Ingrid Stein na família “a mulher ocupava uma posição secundária, inferior à do homem. Ao lado da função procriadora, de assegurar herdeiros, a mulher de classe alta exercia a atividade de uma espécie de administradora das tarefas do lar”. (1984, p.24)

Na educação não era diferente, pois como o lugar ocupado pela mulher na sociedade relacionava-se ao zelo do lar, na sua educação refletia estas expectativas sociais, prova disso é que “a moça, por sua vez, estuda, além das primeiras letras e das gramáticas portuguesa e francesa – ‘os trabalhos de agulha e tesoura’ música, canto e dança”. (RENAULT, apud Stein, 1984, p.25)

Ainda de acordo com Stein, no século XIX a mulher tinha duas alternativas de viver dignamente perante a sociedade, que eram o celibato ou o matrimônio. Na primeira, apesar de ser aceitável diante da sociedade, uma mulher que se entregava a vida celibatária era vista como:

solteirona (...) isso implicava um desprestígio, o que aliás é compreensível numa sociedade expressamente interessada numa ordem baseada na estrutura casamento/família. (...) No Brasil colonial, era comum que famílias enviassem suas filhas as instituições religiosas quando não encontrassem casamento condizente com sua posição social. Era uma maneira de preservar

a honra da menina e oferecer-lhe uma vida considerada dignificante. Alguns pais e maridos usaram também o convento como uma espécie de casa correção para mulheres de conduta moral indesejada. (1984, p. 31)

Na segunda alternativa que era o casamento, a decisão era tomada pelos pais.

As moças casavam muito cedo, com treze ou catorze anos. Se entrassem na casa dos vinte sem pretendente já podiam ser consideradas ‘solteironas’. E, tendo em vista a idade em que se dava o casamento, não se pode falar em decisão baseada em espírito de responsabilidade. (...) A vontade da menina era secundária. (STEIN, 1984, p. 31)

Observamos nessas citações de Stein exemplos de como era o padrão social do século XIX, no que diz respeito à vida da mulher. A partir disso, levando em consideração que a ação do romance *Dom Casmurro* se desenrola exatamente nesse século, e considerando ainda que à literatura pode apresentar-se como representação da imagem da realidade social porque “o território da ficção literária se situa entre a fantasia, que pervaga o real como latência, e a própria realidade” (MOISÉS, 1982, p. 176), é possível compreendermos o porquê Capitu é transgressora a tais padrões sociais.

Uma vez que seus comportamentos não são próprios de uma mulher que vive nessa sociedade do século XIX. No capítulo “As curiosidades de Capitu” observamos com nitidez que Capitu transgredir porque sabe que possui capacidade de ir além do que lhe é permitido enquanto indivíduo,

As curiosidades de Capitu dão para um Capítulo. [...] gostava de saber tudo. No colégio onde, desde os sete anos, aprendera a ler, escrever e contar, francês, doutrina e obras de agulha, não aprendeu, por exemplo, a fazer renda- por isso mesmo, quis que prima Justina lhe ensinasse. Se não estudou latim com o Padre Cabral foi porque o padre, depois de lhe propor gracejando, acabou dizendo que latim não era língua de meninas. *Capitu confessou-me um dia que esta razão acendeu nela o desejo de o saber.* (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 54 grifo nosso)

Segundo Stein:

(...) temos aí um caso de mulher que quer saber mais do que se lhe permite, quer saber o que não se permite, e por que não se permite. Machado nos apresenta uma personagem feminina que se lembra e se refere a um episódio de limitação exclusivamente ao seu sexo que não aceita e à qual, especificamente, reage. (STEIN, 1984, p. 62)

O fato de Capitu não aceitar a proibição que lhe fora feita, desejando saber/aprender, nos mostra que esta sabe impor-se com relação a certos limites que lhe é dado. Nesse sentido, podemos considerar que Capitu é a ação da narrativa porque esta, embora não tenha voz no texto, e, além disso, aparece aos olhos do leitor, demudada pelo olhar do narrador, ela se sobressai a Bentinho, na medida em que se torna evidência na narrativa pela sua capacidade de ir além do que lhe era permitido.

Mesmo nessa condição de não ter a palavra (voz no texto), todo o texto se desenrola em volta das ações dessa personagem, o que nos permite ressaltar que “Dom Casmurro é o livro de Capitu” (MEYER, 1986, p. 219). Em outras palavras, a personagem assume na trama não um papel secundário, mas sim, o de protagonista. Bentinho tem a palavra, mas Capitu tem a ação, ela faz acontecer.

Mesmo que Capitu “apareça aos olhos do leitor indiretamente, coado e transfigurado pelo ângulo visual retrospectivo de Bentinho” (MEYER, 1986, p. 219) é possível perceber que a personagem é tratada de outra forma, no sentido de que ela se reconhece como indivíduo que tem sua própria opinião e a manifesta seja qual for. Até quando Capitu é descrita observamos que se prioriza não apenas a sua beleza:

Não podia tirar os olhos daquela criatura de quatorze anos, alta, forte e cheia, apertada em um vestido de chita, meio desbotado. Os cabelos grossos, feitos em duas tranças, com as pontas atadas uma a outra, à moda do tempo, desciam-lhe pelas costas. Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo. As mãos a despeito de alguns ofícios rudes, eram curadas com amor... (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 27)

Lembremos aqui as descrições femininas de José de Alencar, em que as exposições dos traços eram tão minuciosas a ponto de se consumir páginas e páginas. A esse propósito, Augusto Meyer ressalta que “há uma secura linear na descrição machadiana, feita de um só

traço. É o jejum das metáforas. Adjetivação mais do que discreta, quase rude na sua simplicidade” (p. 220).

Não é por acaso que a descrição de Machado de Assis a respeito de Capitu é minimizada, pois existem questões de maior relevância a serem descritas do que a beleza física. A personagem Capitu possui outras formas de sedução, não que ela não seja bela, mas diante das suas habilidades a beleza acaba ficando em segundo plano, isso é tão verdadeiro que Meyer ainda ressalta:

*É que a sedução de Capitu não provém de uma beleza epidérmica, não é apenas a sedução artificial da mulher tranquilamente bela, sem profundidade perturbadora na sua graça um tanto vegetativa. Vem, pelo contrário, de um não sei quê felino e profundo, com todo esse mistério de presença envolvente que irradia das personalidades fortes. ‘Capitu era Capitu, confessa Bentinho, isto é, uma criatura mui particular mais mulher do que eu era homem’. Aí está, contida nessa frase, não só a chave do seu temperamento, como também a explicação da sua ascendência sobre o companheiro. Ela é profundamente mulher, sem dúvida, mas é sobretudo profundamente viril pela energia intorcível, pela audácia pertinaz, pelo senso da ação, por saber ser em tudo e por tudo o ‘conquistador’ e não a ‘conquistada’. O conquistado, quase que digo: ‘a conquistada’ é Bentinho, pólo feminino. (p. 221, grifo nosso)*

Essas considerações feitas por Meyer não nos deixam dúvidas de que Capitu assume na trama o papel que seria de Bentinho, o homem. Assim é possível pensá-la como uma mulher que se sobressai a um homem por ser determinada e saber tomar decisões e atitudes destinadas apenas ao homem, por isso ela ocupa um espaço que seria de Bentinho.

Ao ocupar um espaço que Bentinho não ocupa, justamente por não possuir tamanha determinação e capacidade de Capitu, ela provoca uma ruptura aos padrões da sociedade, isto é, ela transgredir tais padrões, uma vez que nesse período (século XIX) “a mulher ocupava uma posição secundária, inferior à do homem”. (Stein, 1984, p. 23).

Reiterando as palavras de Meyer Capitu “é profundamente mulher, sem dúvida, mas é sobretudo profundamente viril pela energia intorcível, pela audácia pertinaz, pelo senso da ação, por saber ser em tudo e por tudo o ‘conquistador’ e não a ‘conquistada’” (MEYER, 1986, p.221). Quando Capitu passa do pólo de conquistada para o pólo de conquistador, ela subverte os papéis sexuais, e ao subvertê-los concretiza a sua transgressão. Isso nos dá a

possibilidade de dizermos que Machado de Assis concebeu Capitu com uma singularidade que a faz ser moderna para o seu tempo e espaço.

Prova disso é que desde sua adolescência Capitu é uma personagem que possui voz, no sentido de que ela sabe o que quer. É determinada, e não hesitava em assumir uma atitude que, para sua época, era muito avançada. Um dos exemplos de sua conduta audaciosa está no capítulo 33 intitulado “o penteado”, momento em que Bentinho se coloca a trançar os cabelos de Capitu, depois que o mesmo termina o penteado ela toma a iniciativa e dá o primeiro beijo em Bentinho:

Capitu derreou a cabeça, a tal ponto que me foi preciso acudir com as mãos e ampará-la; o espaldar da cadeira era baixo. Inclinei-me depois sobre ela, rosto a rosto, mas trocados, os olhos de um na linha da boca do outro. Pedi-lhe que levantasse a cabeça, podia ficar tonta, machucar o pescoço. Cheguei a dizer-lhe que estava feia; mas nem esta razão a moveu.

- Levanta, Capitu!

Não quis, não levantou a cabeça, e ficamos assim a olhar um para o outro, até que ela abrochou os lábios, eu descí os meus, e...

Grande foi a sensação do beijo; (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 59)

Não é só a iniciativa de dar o primeiro beijo em Bentinho que pode ser considerado nesse episódio, mas também a forma com que Capitu arditamente consegue disfarçar a situação quando D. Fortunata (mãe de Capitu) se aproxima:

Ouvimos passos no corredor; era D. Fortunata. Capitu compôs-se depressa, tão depressa que, quando a mãe apontou à porta, ela abanava a cabeça e ria. Nenhum laivo amarelo, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontâneo e claro, que ela explicou por estas palavras alegres:

-Mamãe, olhe como este senhor cabeleireiro me penteou; pediu-me para acabar o penteado e fez isto. Veja que tranças!

-Que tem? Acudiu a mãe, transbordando de benevolência. Está muito bem, ninguém dirá que é de pessoa que não sabe pentear.

- O que, mamãe? Isto? Redargüiu Capitu desfazendo as tranças. Ora, mamãe! (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 60)

O próprio Bentinho confessa “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem”. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 54) Ao confessar ser

menos homem do que Capitu é mulher, ele Bentinho, confessa também que ela toma o seu lugar de homem, uma vez que esta possui capacidade para isso e conseqüentemente ele afirma a transgressão de Capitu aos padrões da sociedade do século XIX, pois nesse meio social a mulher não era, e mesmo se fosse, não podia se mostrar com tamanha virilidade a ponto de colocar o homem inferior a si.

O narrador quer veementemente mostrar essa singularidade de Capitu para o leitor, pois o mesmo ainda acrescenta na sua confissão sobre Capitu “se ainda o não disse, aí fica. Se disse, fica também. Há conceitos que se devem incutir na alma do leitor, à força de repetição,” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 54) podemos dizer que isso é um clamor do narrador para que nós enquanto leitores possamos perceber que essa personagem se destaca na narrativa justamente por ter uma personalidade forte, que a faz estar à frente, com relação ao que se espera de uma mulher no contexto em que vive. O narrador enfatiza que devemos perceber tal destaque de Capitu seja por percepção própria, seja pela “força de repetição”.

Retomando todo o percurso das ações de Capitu, desde o momento em que a mesma soube da notícia que Bentinho iria para o seminário até o momento em que ela se casa com o mesmo, veremos que Capitu não mediu esforços em fazer com que Bentinho se casasse com ela, pois, ao saber dessa notícia, ela logo pensou em um plano, que não impediu que Bento fosse para o seminário, mas o deixou preso a ela por uma promessa de casamento que Capitu induziu o rapaz a fazer e, além disso, enquanto Bentinho estava no seminário, Capitu se aproximou de D. Glória (mãe de Bentinho) a fim de mostrar à futura sogra, que ela era uma boa moça e conseqüentemente seria uma boa esposa.

Bentinho não se tornou padre, pois propôs a mãe, D. Glória, a adotar um menino e pagar-lhe os estudos para que se tornasse padre no seu lugar. Longe da ameaça de se tornar padre e já bacharel em direito os enamorados Bento Santiago e Capitu se casam. Notamos que Capitu saiu da condição em que vivia para se tornar uma mulher pertencente à elite, pois é o que o narrador insinua ao mostrar que Capitu é uma moça pobre e que a iniciativa de se casar com Bentinho que é um rapaz rico é somente dela e, em consequência disso, conquista o rapaz e o torna seu esposo.

A esse respeito Stein diz que existe nos romances de Machado de Assis uma correlação com a realidade da época, e no que diz respeito ao casamento não é diferente, pois o fato de

conter na narrativa, insinuações de que Capitu desejou casar-se com Bentinho para ascender socialmente, corresponde com os desejos femininos do século XIX. Porque nesse período,

verifica-se que, da alternativa entre o celibato e o matrimônio, este último é o que representava a perspectiva ideal de aceitação social para o indivíduo do sexo feminino.[...] O casamento representava, no quadro da época, a aspiração modelar da maior parte das moças. (STEIN, 1984, p. 30-31).

Isso significa que Capitu mesmo sendo uma personagem que transgride os padrões da sociedade, quando toma as decisões que seriam de Bentinho, e em virtude disso conquista seu espaço individual, impondo sua opinião e agindo de acordo com suas vontades, ela ainda faz parte desse quadro de moças que viam no casamento um modo de ser enxergada, porque:

casar-se representava na vida de uma mulher uma função importantíssima, pois só com isto ela obtinha um status social mais elevado. [...] Para a mulher - como para o homem - o casamento podia implicar ascensão social, mas, para ela, esta era a única maneira de alcançá-la, uma vez que não se lhe permitiam atividades que lhe possibilitassem promover-se socialmente por esforço próprio. (STEIN, 1984, p. 32)

Por isso segundo Augusto Meyer (1986):

aos quatorze anos Capitu não acha mais graça em pular na corda, já começou a ensaiar o grande salto social, brinquedo muito sério. Pádua é vizinho de D. Glória. Mas entre uma casa e outra, medeia socialmente uma distância enorme, e o pulo de Capitu exige um treino rigoroso. [...] O alvo não está no próprio Bentinho, está muito além dele, na posição social que desfruta. O herói da triste história não passa, portanto, de um trampolim e, se considerarmos com atenção esse xadrez psicológico, veremos que Bentinho é quando muito uma boa peça nas mãos de um bom jogador. Ora, Capitu é um ótimo jogador. (MEYER, 1986, p. 222).

O fato de se pensar que Capitu luta para se casar com Bentinho para ascender socialmente é mais uma amostra de que esta personagem possui autonomia de si. Pois Capitu não era da mesma classe social de Bentinho, fator que dificultaria seu enlace matrimonial,

tendo em vista que as moças só se casavam com rapazes da mesma classe social. No caso de Bentinho, que era rico, ele não poderia casar-se com Capitu, pois:

importante para o futuro casamento era o dote. (...) A mulher, tanto solteira quanto casada, não gozava de independência financeira: o dote não era posse da mulher que com ele entrará para a união conjugal; ele significava, antes, uma contribuição da casa paterna à subsistência da filha – e era administrado pelo novo responsável por este sustento, o marido. (STEIN, 1984, p. 31-32).

A família de Capitu não tinha condições financeiras de oferecer o dote a Bentinho, porque Pádua, pai de Capitu, “era empregado em repartição dependente do ministério da guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco e a vida era barata”.(MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 31). O termo usado pelo narrador “a vida era barata”, mostra que Pádua não poderia pagar um dote a filha, uma vez que o salário não era muito e por isso dava apenas para manter as despesas da casa. Observamos que este é um obstáculo muito grande a ser enfrentado por Capitu, porque não possuindo dote a oferecer, a aceitação do casamento dela com Bentinho, por parte da família de Bentinho seria ainda mais difícil, entretanto Capitu age com maestria e casa-se com Bentinho.

O plano que Capitu traça no capítulo 18 que não por acaso tem como título: “um plano”, em que ela convence Bentinho a persuadir José Dias para que este interceda junto a D. Glória, mãe de Bentinho, a fim de que ela desista da promessa de mandar Bentinho para o seminário,

parece a miniatura de um tratado maquiavélico, revisto e corrigido por mão de mulher. Quando os obstáculos se amontoam, formando barragem, sabe tirar da adversidade os seus melhores recursos de ofensiva, como um bom general do feitio cesariano. Em dois tempos, transforma o inimigo da véspera, José Dias, num precioso aliado. (MEYER, 1986, p. 222)

Capitu possui um caráter de indivíduo que sabe o que quer e luta para alcançar seus objetivos, e isso fica evidenciado nas várias atitudes audaciosas de Capitu e também em momentos como o que José Dias, lhe explica quem são as figuras que estão na parede da sala, pois quando ele fala de César, o narrador nos diz que:

Capitu não achava bonito o perfil de César, mas as ações citadas por José Dias davam-lhe gestos de admiração. Ficou muito tempo com a cara virada para ele. Um homem que podia tudo! que fazia tudo! Um homem que dava a uma senhora uma pérola do valor de seis milhões de sestécio! (MACHADO DE ASSIS, 2004, p.55)

As ações de César deixaram Capitu maravilhada porque a mesma se identifica com tal figura, ou seja, um general que comanda, tanto que “também empreendeu a conquista das Gálias com as armas femininas de que dispõe nessa luta surda entre a ambição e os preconceitos sociais” (MEYER, 1986, p. 222).

Depois de casada Capitu ainda se revela uma personagem que sabe fazer valer a sua voz de indivíduo. É uma mulher que mesmo casada continua a ter atitudes surpreendentes, como mostrar que sabe administrar o dinheiro que lhe era repassado pelo esposo. Aqui vale ressaltar que mesmo antes de se casar, Capitu já cuidava da administração do dinheiro ganhado pelo pai, pois “depois da morte da mãe, tomou conta de tudo. Pádua, agora que se aposentou, não faz mais que receber o ordenado e entregá-lo à filha. A filha é que distribui o dinheiro, paga as contas, faz o rol das despesas, cuida de tudo, mantimento, roupa, luz” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 153). Desde muito jovem Capitu já tinha responsabilidades e incumbências. Talvez seja isso que fez com que a moça mesmo depois de casada tomasse para si a responsabilidade de administrar o dinheiro do casal.

Essa é uma questão que nos chama a atenção porque nesse espaço social em que Capitu vive a mulher era responsável apenas pelas tarefas do lar, como:

Dirigia os trabalhos da cozinha, supervisionava a arrumação da casa e o cuidado das amas e escravas com crianças, ocupava-se de serviços de costura. [...] Ao homem ficavam destinadas as atividades fora do âmbito caseiro – contatos da vida pública, comercial, política e cultural –, enquanto à mulher as estritamente ligadas a casa. (STEIN, 1984: p. 23)

As questões voltadas para as finanças da família, como vimos, cabiam aos homens, tanto que Bentinho ao saber que a esposa administrou o dinheiro que ele lhe dava mensalmente a ponto de fazê-lo multiplicar, o mesmo ficou muito surpreso, observamos a reação dele:

— Mas que libras são essas? perguntei-lhe no fim.  
Capitu fitou-me rindo, e replicou que a culpa de romper o segredo era minha. Ergueu-se, foi ao quarto e voltou com dez libras esterlinas, na mão; eram as sobras do dinheiro que eu lhe dava mensalmente para as despesas.  
— Tudo isto?  
— Não é muito, dez libras só; é o que a avarenta de sua mulher pôde arranjar, em alguns meses, concluiu fazendo tinir o ouro na mão. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 160)

Essa atitude de Capitu causa certo desconforto no esposo: “tive vontade de gastar o dobro do ouro em algum presente comemorativo, mas Capitu deteve-me”. (p. 160) Esse desconforto é causado porque a personagem, além de se intrometer na administração do dinheiro é quem decide o que fazer com o mesmo, isto é, Capitu é decidida, tem capacitação para administração das finanças, pois a adquiriu antes mesmo de se casar, lidando com o dinheiro que o pai lhe repassava. Capitu age de acordo com suas vontades, a mesma não se limita apenas às vontades do esposo.

Bentinho reconhece essa autonomia da esposa porque mesmo antes de casados, no capítulo intitulado “o retrato”, em uma passagem que Capitu mais uma vez sabe contornar uma situação constrangedora, em que Capitu e Bentinho estão na sala da casa de Sancha de mãos dadas e as cabeças próximas uma da outra, Gurgel, o pai de Sancha, chega e diz que a filha enferma chama por Capitu. Observamos como Bentinho e especialmente Capitu se comporta diante dessa situação:

Eu levantei-me depressa e não achei compostura; metia os olhos pelas cadeiras. Ao contrário, Capitu ergueu-se naturalmente e perguntou-lhe se a febre aumentara.  
— Não, disse ele.  
Nem sobressalto nem nada, nenhum ar de mistério da parte de Capitu; voltou-se para mim, e disse-me que levasse lembranças a minha mãe e a prima Justina, e que até breve, estendeu-me a mão e enfiou pelo corredor. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 130).

Bentinho fica perplexo com tamanha autonomia de Capitu, tanto que diz: “Todas as minhas invejas foram com ela. Como era possível que Capitu se governasse tão facilmente e

eu não?” (p. 130) Nesse episódio fica provado o quanto a personagem é decidida e audaz, mas teremos uma prova ainda maior dessa autonomia, ou melhor, da transgressão de Capitu no capítulo titulado “Capitu que entra”. Nessa altura da narrativa, o casamento do casal já não está muito bem, devido aos ciúmes de Bentinho que o levou a pensar que o filho do casal poderia ser de Escobar seu melhor amigo.

Aqui é importante ressaltar que o narrador começa a expor suas dúvidas com relação à fidelidade de Capitu, coisa que o mesmo faz desde o início da narrativa, mas, nesse momento ele declaradamente se diz duvidoso. É o narrador mais uma vez tentando enredar o leitor para que este possa condenar Capitu devido aos seus atos e ações. Contudo é nessa tentativa de persuadir o leitor a tomar partido ao seu favor, que o narrador revela uma mulher transgressora, porque diferente das outras mulheres ela não se deixa dominar, ao contrário ela é quem domina.

Prova disso é que no capítulo “Capitu que entra” Capitu tem uma atitude reveladora da sua essência de mulher transgressora, pois quando o esposo diz que Ezequiel (filho do casal) poderia não ser filho dele, ela não hesita em pedir a separação, observamos o diálogo entre o casal:

—Que não é meu filho.

[...] —Só se pode explicar tal injúria pela convicção sincera; entretanto você que era tão cioso dos menores gestos, nunca revelou a menor sombra de desconfiança. Que é que lhe deu tal idéia? Diga, — continuou vendo que eu não respondia nada, — diga tudo; depois do que ouvi, posso ouvir o resto, não pode ser muito. Que é que lhe deu agora tal convicção? Ande, Bentinho, fale! Fale! Despeça-me daqui, mas diga tudo primeiro.

—Há coisas que se não dizem.

—Que se não dizem só metade; mas já que disse metade, diga tudo.

Tinha-se sentado numa cadeira ao pé da mesa. Podia estar um tanto confusa, o porte não era de acusada. Pedi-lhe ainda uma vez que não teimasse.

—Não, Bentinho, ou conte o resto, para que eu me defenda, se você acha que tenho defesa, ou peço-lhe desde já a nossa separação: não posso mais!  
(MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 199)

Notamos que essa personagem não só tem a essência de mulher transgressora, esta de fato transgride os costumes de sua sociedade. Pois no século XIX a mulher era totalmente

submissa ao seu marido, ela não tinha autonomia para expor suas vontades e muito menos fazê-las valer diante da vontade do esposo. A esse respeito Ingrid Stein ressalta que:

outro aspecto que salta imediatamente aos olhos é a correspondência entre os romances de Machado e a realidade da época, no que diz respeito à subordinação da mulher ao homem dentro do matrimônio. Bentinho, narrador em *Dom Casmurro*, lembra o ensinamento do Evangelho: ‘As mulheres sejam sujeitas a seus maridos... Não seja o adorno delas o enfeite dos cabelos riçados ou as rendas de ouro, mas o homem que está escondido no coração... Do mesmo modo, vós, maridos, coabitai com elas, tratando-as com honra, como a vasos mais fracos, e herdeiras convosco da graça da vida..’- e, ao dizê-lo, atesta a influência da ideologia cristã sobre o funcionamento da sociedade neste período. (STEIN, 1984, p. 58)

Capitu ao pedir a separação não se prende aos costumes, e mostra que não é totalmente submissa ao esposo. Ao romper com os costumes ela transgride, mais do que isso, Capitu se faz ouvir, porque age em consonância com seus anseios e conceitos, ela tem a sua própria opinião sobre as coisas.

O pedido de separação é uma demonstração muito clara e concreta da transgressão de Capitu, daí podemos concluir que essa atitude de Capitu é a confirmação de que ela é determinada e por isso, é ela quem sempre toma as atitudes. Ao contrário de Bentinho que se revela um personagem duvidoso, tanto que os ciúmes e as dúvidas apresentadas na narrativa são dele. Contudo, mesmo possuindo essa determinação e essa personalidade forte a ponto de pedir a separação para Bentinho, quando Bentinho sugere a Capitu, que ela e o filho Ezequiel vão morar na Suíça sem se opor Capitu aceita.

Segundo Stein,

(...) com base nas informações anteriores quanto à sua voluntariedade, deve-se convir que este seu comportamento – ainda que admitindo sua culpa no caso – é no mínimo surpreendente: ela aceita sem a mais leve oposição a solução de Bentinho de exilá-la com o filho na Suíça! [...] É de se supor que uma mulher como Capitu, isto é, com todas as faculdades descritas, poderia facilmente ter procurado uma saída mais favorável para si. (STEIN, 1984, p. 108)

Com toda certeza essa atitude de Capitu é surpreendente, contudo tal atitude revela que ainda há em Capitu vestígios dos costumes e dos padrões da sociedade em que vive. Aqui lembremos a fala da própria Stein sobre o fato de Bentinho, estando na condição de narrador, lembrar o Evangelho que diz que as mulheres devem ser sujeitas a seus maridos. Stein afirma que Bentinho ao dizer isso “atesta a influência da ideologia cristã sobre o funcionamento da sociedade neste período”. (p.58)

Em decorrência disso, mesmo que Capitu seja transgressora conseguindo impor sua opinião, mesmo que ela demonstre que possui capacidade de ser mais mulher do que Bentinho é homem, no sentido de que sabe tomar decisões melhor do que Bentinho ela ainda não consegue se desvincular totalmente dos padrões sociais, uma vez que o contexto da narrativa é o contexto do século XIX, então não há como Capitu estar totalmente alheia a esse contexto e conseqüentemente aos padrões dessa sociedade, por isso ela não encontra uma saída mais favorável para si.

Pensando dessa forma, lembremos da personagem Desdêmona da obra *Otelo, o mouro de Veneza* de William Shakespeare a partir da qual Machado de Assis faz algumas referências. Lembremos mais especificamente dos atos e ações, ou melhor, dos comportamentos de Desdemona, porque talvez Machado de Assis tenha se inspirado em Shakespeare para construir uma personagem transgressora à sociedade. Desdêmona, assim como Capitu, age em consonância com suas aspirações mesmo que estas contrariem normas e regras.

Filha de Brabâncio, senador de Veneza, um homem que ocupa uma posição social elevada, Desdêmona não se importa em deixar sua família e fugir com um homem negro, “sacrificando seu dever, sua beleza, seu espírito, e sua herança a um estrangeiro extravagante e nômade, sem pátria e sem lar”. (SHAKESPEARE, 2007, p. 25) Por mais que a sociedade a condenasse por ser tão transgressora, a mesma não se aflige com essas questões e vai à busca daquilo que ela acredita que será melhor para ela.

Essa atitude de Desdêmona é assustadora para a época em que a personagem vive porque no contexto histórico da peça,

(...) o enclausuramento no seio da família era o destino da mulher do século XV e XVI. Elas só podiam agir com a autorização do pai ou do marido e qualquer ação sem tutela era considerada judicialmente nula. (BONFIM, 2009, p. 2)

Diante desse padrão social que dita a quem a mulher deve obedecer, Brabâncio, ao saber da fuga de Desdemona com Otelo, em nenhum momento cogitou a possibilidade de que a filha poderia ter ido por conta própria, chegando a pensar que Desdêmona fora seduzida por feitiçarias e roubada. Vejamos o episódio em que Brabâncio se encontra com Otelo e diz:

Brabâncio: - Ladrão odioso! Onde escondeste minha filha? Infernal como és, decerto a encantaste. Apelo para toda criatura de senso: se não tivesse ela presa em cadeias de magia, como uma donzela tão terna, tão bela, tão feliz, tão avessa ao casamento, que rejeitava os apaixonados ricos e mais bem-destacados do país, *poderia, algum dia, com risco de ser objeto do desprezo geral, ter fugido* da tutela paterna para ir abrigar-se no seio escuro de um ser como tu, feito para inspirar medo e não deleite? Seja o mundo minha testemunha, de que praticasse sobre ela feitiços abomináveis, que abusaste da sua delicada juventude por meio de drogas que atuam e debilitam a sensibilidade. (SHAKESPEARE, 2007, p. 30 grifo nosso)

Brabâncio tem a convicção de que a filha fora enfeitiçada, pois como ele enfatiza a filha não seria capaz de fugir correndo o “risco de ser objeto do desprezo geral”, ou seja, de ser julgada e desprezada pela sociedade, uma vez que esta atitude não era passível de uma donzela.

Partindo desse ponto de vista, notamos que Desdêmona é transgressora, porque, mesmo apaixonada por Otelo, ela poderia ser obediente e seguir com os preceitos da sociedade e consequentemente do seu pai se casando com um homem que estaria a sua altura sendo ela filha de um senador. Otelo, mesmo sendo um nobre mouro a serviço do Estado de Veneza, era negro, atributo que não permitiria a união do casal, mas Desdêmona é firme na sua decisão e se casa com Otelo, mesmo que isso lhe acarrete consequências.

Diante disso, observamos que Capitu e Desdêmona são mulheres transgressoras, contudo há uma disparidade na transgressão dessas personagens, ou melhor, uma diferença no modo como elas transgridem, pois Capitu é uma mulher que se mostra como sujeito ciente do seu papel individual, ou seja, ela tem consciência de que como ser humano possui um papel

individual na sociedade, não precisa estritamente da figura masculina para se mostrar e se considerar como tal, tanto que mesmo adolescente com quatorze anos Capitu já sabe tomar suas próprias atitudes. Capitu é uma personagem que foge as regras em função de se mostrar capaz de realizar ações que lhe eram negadas, como, por exemplo, pedir a separação ao marido.

Agora, quanto a Desdêmona, esta é e age diferente de Capitu, porque ela não se mostra como indivíduo que possui voz dentro de uma sociedade, ela simplesmente deixa de ser submissa ao pai e passa a ser submissa ao esposo. Isso significa que ela ainda não compreende o seu papel enquanto sujeito individual. Aqui é importante fazermos uma ressalva a respeito de Desdemona não saber conquistar seu espaço individual.

Ela não sabe e não consegue conquistar esse espaço porque, por mais que Shakespeare tenha dado a essa personagem um caráter que lhe permite até certo ponto transgredir uma regra social, Shakespeare apenas enceta uma possibilidade de se pensar a mulher ocupando um espaço que não seja apenas o doméstico.

Saliento que Shakespeare apenas enceta essa possibilidade, porque é Machado de Assis, dois séculos depois dessa iniciativa de Shakespeare que consegue ir além ao conceber Capitu tão às avessas aos costumes da sua sociedade, que por sinal não é muito diferente do contexto em que Desdêmona viveu. Percebemos nas atitudes de Capitu que ela consegue não só conviver com pessoas que são diferentes da sua classe social, mas, além disso, ela consegue se fazer membro desse meio de forma admirável. E é a partir disso que Capitu mostra e toma seu lugar enquanto indivíduo que tem atitudes, em outras palavras ela conquista seu espaço individual.

Nessa perspectiva é estritamente relevante a comparação entre as atitudes/comportamentos de Capitu e Desdêmona, porque é comparando Desdêmona a Capitu que podemos perceber que a confirmação de espaço individual na ficção é uma discussão iniciada por Shakespeare e desenvolvida por Machado de Assis.

Por isso ao contrário de Capitu, Desdêmona possui voz na narrativa, mas quando usa dessa voz, ela se revela uma mulher que mesmo agindo contra os preceitos da sociedade, é totalmente submissa ao esposo. Tanto que no ato I cena III, momento em que precisa dizer se o amor que sente por Otelo é fruto ou não de feitiçaria, a mesma diz o seguinte:

Desdêmona: - Meu bom pai, percebo aqui um dever dividido. A vós, devo a vida e a educação, e minha vida e minha educação me ensinam, igualmente, que devo respeitar-vos. Sois o dono do meu dever. *Até aqui, fui vossa filha. Mas aqui está meu marido, e a mesma submissão que vos mostrou minha mãe, preferindo-vos ao próprio pai, reconheço e ousa afirmar devê-la ao mouro, meu marido.* (SHAKESPEARE, 2007, p. 36 grifo nosso)

Fica evidente que Desdêmona ainda se mostra alheia quanto às suas possibilidades enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade. Desdêmona é uma personagem transgressora por enfrentar o preconceito e ir à busca de seu amor. Contudo não podemos considerar essa transgressão de Desdêmona a mesma de Capitu.

Porque Capitu transgride por acreditar que a sua opinião, as suas vontades devem ser ouvidas, ela quer se fazer ouvir quer que a sua opinião tenha valor. Ao contrário de Desdêmona, uma vez que esta transgride tão somente para viver ao lado do seu amor. Ela não sente a necessidade que Capitu sente de ter a sua opinião valorizada.

Mesmo que no final da narrativa *Dom Casmurro* a atitude de Capitu não corresponda com suas ações anteriores, isso não minimiza toda a sua luta para conseguir o que deseja. Uma vez que o fato de estar na condição de uma personagem que não tem voz na narrativa não a impediu de conquistar seu espaço individual. Porque ela se mostra sabedora das suas possibilidades. E através dos seus atos e ações a mesma consegue nos surpreender. É a confirmação do espaço individual na ficção, isto é, Capitu sai da condição de indivíduo que tem suas possibilidades delimitadas por padrões de uma sociedade, para se confirmar enquanto aquela que decide as próprias potencialidades.

Prova disso, é que depois que Capitu vai para a Suíça, Bentinho tenta esquecê-la na companhia de outras mulheres, “vivi o melhor que pude, sem me faltarem amigas que me consolassem da primeira” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p.208). Essa tentativa de Bentinho é falha, e ao tentar entender o motivo pelo qual não consegue esquecer Capitu, Bentinho diz: “Agora, porque é que nenhuma dessas caprichosas me fez esquecer a primeira amada do coração? Talvez porque nenhuma tinha os olhos de ressaca, nem os de cigana oblíqua e dissimulada”. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p.209). Ou talvez porque Capitu é insubstituível na sua singularidade, por isso, nem mesmo o fato de aceitar a proposta de

Bentinho e ir para a Suíça, faz com que Capitu seja menos transgressora. Afirmamos que a sua luta para se fazer ouvir não foi infrutífera uma vez que mesmo à distância Capitu se mantém viva assombrando Bentinho.

Capitu é transgressora desde menina/moça a mulher/esposa, uma amostra disso, é que o próprio narrador se inquieta com essa questão a ponto de dizer no último capítulo da narrativa intitulado “É bem, e o resto?”

O resto é saber se a Capitu da Praia da Glória já estava dentro da de Matacavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum caso incidente. Jesus, filho de Sirach, se soubesse dos meus primeiros ciúmes, dir-me-ia, como no seu cap. IX, vers. 1: "Não tenhas ciúmes de tua mulher para que ela não se meta a enganar-te com a malícia que aprender de ti". Mas eu creio que não, e tu concordarás comigo; *se te lembras bem da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca.* (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 209 grifo nosso).

O narrador enfatiza que os ciúmes de Bentinho não influenciaram o carácter de Capitu, ela nasceu assim, com essa singularidade estonteante a ponto de deixar o leitor surpreso e ao mesmo tempo inquieto, no sentido de que Capitu é uma personagem que causa inquietude justamente por ser tão singular e conseqüentemente tão transgressora. Essas palavras do narrador: “se te lembras bem da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca” (p. 209) nos permite dizer que estas são palavras que nos instiga a pensar que essa confirmação de espaço individual pode acontecer não apenas na ficção, uma vez que a personagem Capitu vive segundo os padrões que não por acaso são correlatos aos da sociedade do século XIX.

### **Considerações finais**

Em toda a narrativa da obra *Dom Casmurro* o narrador cria um ambiente envolto em um jogo de mistérios e desvendamentos. Juracy I. A. Saraiva (2001) explicita essa questão ao dizer que:

O duplo movimento de focalização □ a introspecção pessoal e a observação alheia □ constitui o artifício engendrado para alcançar a confiança do leitor. Entretanto, a relatividade das afirmações do narrador, orientadas por sua

*cosmovisão e pelo objetivo de incriminar Capitu, invoca o olhar crítico do leitor, que deve transitar do nível das descrições para o das indscrições do texto e aí capturar o jogo de relações especulares. (p. 02 grifo nosso)*

O leitor deve estar atento para que este consiga enxergar o que o narrador através desse jogo de mistérios nos revela. Em outras palavras, essas estratégias do narrador é uma forma de chamar a atenção do leitor para que este perceba que a personagem Capitu é diferente.

O fato de a narrativa tratar da relação do casal Bento Santiago e Capitu não significa que a única possibilidade de sentido do texto seja o suposto adultério cometido por Capitu. Pelo contrário, há várias questões a serem discutidas e uma delas é justamente a transgressão cometida por esta personagem. Capitu não é diferente por acaso, o narrador não a mostra com um caráter de mulher que a todo o momento se revela com uma virilidade que até causa estranhamento ao próprio narrador por uma casualidade.

Nada é casual, tudo nessa narrativa é premeditado, até o fato de Capitu não ter voz no texto, de ser Dom Casmurro o narrador, que fala por ela e dela. Porque mesmo não tendo a palavra em seu poder Capitu é capaz de se mostrar através das suas ações. Seus atos e ações comprovam a sua essência de quem se reconhece enquanto indivíduo, isto é, enquanto pessoa que atua e participa de uma sociedade.

Portanto, Capitu não é só transgressora, mas também, pode ser considerada uma personagem arquétipo de significação, porque esta traz consigo algo a se repensar, isto é, ela instiga o leitor (atento) a refletir sobre outras questões que não sejam somente o suposto adultério. Afirmamos que é Capitu que nos causa inquietude porque como Meyer observa, “Bentinho é quando muito uma boa peça nas mãos de um bom jogador” (MEYER, 1986, p. 222) que é Capitu, ou seja, essa personagem não dá espaço para que Bentinho a domine.

Diante dessas considerações é importante ressaltar que tanto Willian Shakespeare quanto Machado de Assis discutem nas suas obras questões universais, como as motivações, os defeitos e o comportamento humano. São questões que independentemente da época e espaço continuam significando, porque dizem respeito ao ser humano e isso faz com que as narrativas se re-signifiquem a cada leitura, uma vez que a cada leitura, uma pessoa se identifica com as ações, comportamentos e até mesmo os defeitos dos personagens, uma vez que,

É desse cruzamento do mundo simbolizado pela palavra em estado de literatura com a realidade diária dos homens que a literatura assume seu extremo poder transformador. Os mundos fantásticos criados pelo texto não caem do céu, nem têm gênese na inspiração das musas. O mundo representado na literatura, simbólica ou realisticamente, nasce da experiência que o escritor tem de uma realidade histórica e social muito bem delimitada. (LAJOLO, 1995, p.65).

### Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BONFIM, Renata. *A condição da mulher na história: silêncio e enclausuramento*. Letra e Fel, nov. 2009. Disponível em: <<http://letraefel.blogspot.com/2009/09/condição-da-mulher-na-historia-silencio.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do Romance. In: *A Personagem de Ficção*. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. A literatura e a vida social. In: *Literatura e Sociedade*. 8ª Ed. São Paulo: T.A Queiroz, 2000.
- \_\_\_\_\_. Esquema de Machado de Assis. In *Vários Escritos*. 3º Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- \_\_\_\_\_. O direito a literatura. In: *Vários Escritos*. 3º Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- FERREIRA, Eliane Fernanda Cunha. *Para traduzir o século XIX: Machado de Assis*, São Paulo: Annablume; Rio de Janeiro: ABL, 2004.
- LAJOLO, Marisa. *O que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. *Dom Casmurro*. São Paulo: Gold, 2004.
- \_\_\_\_\_. Instinto de Nacionalidade. In: *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: Mérito S. A, 1959.
- MEYER, Augusto. Capitu In: *Textos Críticos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- MOISÉS, Massaud. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix, 1982
- PEREIRA, Marcio Roberto. *José Veríssimo: Leitor de Machado de Assis*. Trice Versa. São Paulo, v.1, n.2, nov.2007-abr.2008. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/cilbelc/sumario2.html>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: *A Personagem de Ficção*. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SARAIVA, Juracy I. A. *Incidências do olhar em Dom Casmurro*. Scripta. Belo Horizonte, v. 3, n.6, 2000. Disponível em: <[http://www.geocities.com/ail\\_br/Incidenciasdoolharemdomcasmurro.html](http://www.geocities.com/ail_br/Incidenciasdoolharemdomcasmurro.html)>. Acesso em: 20 jul 2009.
- SENNA, Marta de. *Estratégias de embuste: Relações intertextuais em Dom Casmurro*. Scripta. Belo Horizonte, v. 3, n.6, 2000. Disponível em: <[http://www.geocities.com/ail\\_br/estrategiasdeembuste.html](http://www.geocities.com/ail_br/estrategiasdeembuste.html)>. Acesso em: 20 jul 2009.

SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.  
SHAKESPEARE, William. *Otelo, o Mouro de Veneza*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Recebido em 16 de agosto de 2010.  
Aceito em 04 de novembro de 2010.

**Isto é o sertão: manifestações do mal na  
poiesis rosiana de *Grande Sertão: Veredas***

Juliana M. S. Sá<sup>11</sup>

**Resumo:** Da indiscutível contribuição crítica e autoral de Guimarães Rosa para o (re)conhecimento da memória sócio-política brasileira, por intermédio de suas produções literárias, surgem, subscritos em *Grande Sertão: veredas* ([1956] 2001), importantes indicadores estéticos de um mal ameaçador concentrado na crueldade, no medo e suas expressões nas formas humanas experimentadas na narrativa rosiana. Dada a brevidade de espaço a que se propõe este texto, concentra-se sua proposta em investigar os limites da violência em Valtêi e Hermógenes, sobre os quais se atribuíra ao verbo a função de dúplici instrumento de denúncia da barbárie moral enquanto elaboração do mal humano, a partir da leitura do processo transitório e criativo da arte literária e fruição estética rosiana.

**Palavras-chave:** *Grande Sertão: veredas*, crueldade, violência, jagunço, infância.

**Abstract:** The critical and literary contribution of Rosa is undisputed for the knowledge and the recognition of the social and political Brazilian memory, through their literary productions, arise, inscribed in *Grande Sertão Veredas* ([1956] 2001), important esthetic indicators of an evil menacing concentrated in cruelty, fear and its expressions in human forms experienced in Rosa's narrative. As the brevity of space proposed by this text, its purpose focus on investigating the limits of violence in Valtêi and Hermogenes, on which attributed to the verb the dual function of denunciation instrument about moral barbarism that was an evil in human behavior doing, from the reading of the transitional and creative process of the literary art and esthetic enjoyment Rosa.

**Key-words:** *Grande Sertão: veredas*, fellness, violence, gunman, childhood.

### Introdução

Da atividade ficcional exige-se capacidade de invenção. Inevitável na invenção, o gosto pelo risco de dizer o que ainda não se explorou e por meio dele desconstruir conceitos, suscitar tensões ou recriá-las em arremedo da realidade caracterizam os principais representantes da moderna tradição literária brasileira. A fusão dos gêneros lírico, épico ou dramático, especialmente na categoria da tragédia, destaca-se em meio às manifestações de

<sup>11</sup> Graduanda dos cursos de Licenciatura em Letras – habilitação em Língua Portuguesa e suas literaturas, da Universidade do Estado do Amazonas, e Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: [julianasa12@gmail.com](mailto:julianasa12@gmail.com).

natureza estética de nossa literatura que aderem aos ideais da ruptura como condição criadora. Dentre aqueles que se propuseram investir um projeto de síntese épico-dramática da realidade sertaneja figuram Euclides da Cunha com *Os Sertões* ([1902] 2002) e Guimarães Rosa com *Grande Sertão: veredas* ([1956] 1986). Argumento incontestável diante da fortuna crítica das letras brasileiras, a contribuição de ambas as obras para a leitura do homem sertanejo com suas lutas e conflitos certifica o lugar de destaque que ocupam em nossa literatura. Superando dissoluções estéticas representadas por Euclides em *Os Sertões*<sup>12</sup>, Rosa acresce ao tratamento privilegiado do sertão o predomínio da violência sobre a tradição cruel da guerra jagunça e sua influência sobre a cultura sertaneja, tornando sua obra uma das mais significativas poéticas contemporâneas do romance brasileiro.

De *Magma* ([1936] 1997) à *Tutaméia: terceiras estórias* ([1967] 2001) peregrinam, ao longo de suas narrativas, atributos caros a um “discurso mimético” (LIMA, 1980, p. 50) genuinamente inventivo, que se revela dinâmico na medida em que promove a congregação de novos valores artísticos ao fazer literário de seu tempo. Desta fruição estética ilustrada na liberdade de criação da linguagem por meio da qual se experimentam acentos, transferem-se pesos de uma sílaba para outra, ensaiam-se estórias e digressões, Guimarães Rosa resgata de um entre-lugar mantido em oculto pelo sertanismo romântico, as autênticas imagens do sertão e seu sistema jagunço. Sob o duplo signo, o autor de *Grande Sertão...* elabora suas condições internas de produção “em função das características sociais e políticas vigentes no grande sertão em que vigoram a coação, a violência, o arbítrio” (LEONEL; SEGATTO, 2005, p. 75).

Para além da semelhança com o enredo central de *Doutor Fausto* ([1950] 2000)<sup>13</sup>, o mal revelado em *Grande Sertão* excede a presença do pactuário e se concebe sombrio e impiedoso nas imagens evocadas na fala de Riobaldo, que, de seus muitos relatos sobre a vida e os costumes no sertão, atribui à descrição de Valtê e Hermógenes um clima próprio de horror. Ao recriar a mitologia sertaneja<sup>14</sup> sob a perspectiva do discurso poético, Guimarães Rosa redimensiona a violência e a crueldade no seio da cultura jagunça, estendendo seus

<sup>12</sup> Conforme assegura Walnice Nogueira em depoimento aos imortais da Academia Brasileira de Letras acerca da contribuição da ficção euclidiana para a nossa literatura, em julho de 2001.

<sup>13</sup> Alegoria político-filosófica de Thomas Mann (1875 – 1955) em referência à clássica tragédia de Goethe (1749 – 1832), avatares modernos da figuração do mal, por vezes representado no contato pactuário com o demônio.

<sup>14</sup> Objeto já explorado em nossa literatura sob o olhar idealizado da prosa romântica de José de Alencar em *O Sertanejo* ([1875] 1975) e da seca e do jagunço incorporados em *O Cabeleira* ([1876] 1973), de Franklin Távora.

domínios a casos peculiares, como aquele representado na violência impelida entre Valtêi e seus pais.

Numa breve consideração sobre a estética do mal, subscrita em *Grande Sertão: Veredas*, veremos de que maneira os desdobramentos do crime e da violência no sertão se revelam na configuração do romance rosiano, inserindo-o no “processo de ficcionalização da crueldade cotidiana que marca o espaço urbano no Brasil” (SOARES, 2005, p. 168).

### **1. Jagunçagem e barbárie em Hermógenes**

Na linha de estudos culturais que se propõem abordar o fenômeno de barbárie durante o período que corresponde às décadas iniciais da institucionalização da república como modelo oficial de governo no Brasil, localiza-se, sem muita dificuldade, a figura do homem sertanejo submetido a um processo sócio-político autoritário que o priva do direito à civilidade.

A despeito das observações já produzidas a fim de se chegar a uma compreensão mais apurada dos efeitos produzidos por essa privação na constituição do movimento jagunço, propõem-se neste breve estudo observar a dinâmica da violência humana – bem mais que a usual afronta coletiva – em Hermógenes, uma das personagens mais representativas do tema<sup>15</sup>, que não somente detém uma singular força de resistência capaz de ameaçar mesmo a ordem e a posição do narrador no universo do romance, como ainda a exerce por outros dispositivos como o da coerção.

Esta mesma ética da intolerância observada alguns anos antes à primeira publicação de *Grande Sertão* no interior d'*Os Sertões* euclidiano, onde figura o regime autoritário de tropas republicanas que impunham uma nova ordem política e moral pela ameaça das armas, permite-nos situar a percepção do fenômeno em ordem crescente e agravativa se observado o rigor das formas de horror experimentadas em um e outro romance. A transição de um estilo de escrita legitimamente documental, caracterizado pelo emprego de recursos técnicos na descrição do espaço, dos homens e das relações conflituosas que travam entre si, para uma escritura que privilegia o tratamento artístico da matéria literária marcam no plano da estética

---

<sup>15</sup> Vejamos que sobre Hermógenes concentra-se o desejo de morte e vingança de Riobaldo, motivado, sobretudo, pelo mal recorrente que lhe fora imputado a cada contato com o jagunço.

do discurso um evidente deslocamento do horror visualizado na literatura euclidiana para aquele reelaborado na poética rosiana.

Traduzido como perfeita encarnação do mal por Euclides da Cunha (2002), o espaço do sertão rosiano se alinha a aporia do horror introduzida em *Os Sertões* ao reunir casos de crime, dor e violência que partem do plano puramente temático – de onde aprioristicamente reside o ideal de resistência contraliterária<sup>16</sup> – para representarem indicadores de um pungente espírito de guerra, incorporado à cultura sertaneja em todos os seus níveis, porém revelada, sobretudo, por “desocupados permanentes, [que] vagando de léu em léu à cata do que se manter, apresentando-se a ocasião, enveredam para o crime” (PRADO JÚNIOR apud LEONEL; SEGATTO, 2005, p. 78-79).

A descrição de Caio Prado Júnior (1973) faz menção ao jagunço, tipo humano histórico revestido de tom mitológico e místico da realidade sertaneja que, afamado pela cultura popular, agrega à sua imagem valores antitéticos de bravura, medo e violência. Para além das análises extenuantes já produzidas a fim de se chegar a uma compreensão mais apurada de permanências e discontinuidades da jagunçagem na ficção rosiana posta em paralelo com outras obras de mesmo tema, o pensamento em torno da monstrosidade ética de tal personagem propõe novos desdobramentos. Dentre estes, destaca-se o verbo enquanto dúplice instrumento de denúncia da barbárie: primeiramente, a serviço do jagunço fragilizado pela represália de seu próprio bando quando este se nega a executar prisioneiros por “comprazimento” (ROSA, 1986, p. 461); em segundo plano, dialogando com a figura do mal instintivo impetrado pelo jagunço como punição, ameaça ou sentença contra inocentes.

Seja sob a forma do mal cometido ou do mal sofrido, “a violência habitual, como forma de comportamento ou meio de vida, ocorre no Brasil através de diversos tipos sociais, de que o mais conhecido é o cangaceiro da região nordestina” (CANDIDO, 2004, p. 99). Como romance transgeográfico e transistórico, *Grande sertão* tornou possíveis atos de violência e barbárie que excederam fronteiras de propriedades particulares, questionando incoerências do sistema de autoridade dos chefes jagunços e seus subordinados, até então pouco explorados na moderna literatura sertanista.

---

<sup>16</sup> Categoria observada na literatura negro-africana de expressão francesa em MOURALIS, Bernard. *As Contraliteraturas*. Coimbra: Almedina, 1982.

Como aponta Candido (2004), na relação de autoritarismo e violência da honra dos jagunços prevalece uma espécie de código de conduta regulador dos costumes de cada bando no qual se manifestam arbitrariedades que desafiam o poder de seus líderes, num tenso e insurgente embate de forças. Subversivo representante desse ideal de ruptura com o caráter heróico do jagunço, Hermógenes abre espaço ao medo e à negatividade ao sentenciar um modo próprio de violência e morte descrito com repúdio por Riobaldo.

Dialogando com a “brutalidade humana dentro da quietude miserável das coisas” (CUNHA, 2002, p. 256) de *Os Sertões, Grande Sertão* manifesta suas “relações de dominação regidas pela violência” (LEONEL; SEGATTO, 2005, p. 77) no mal ameaçador incorporado em Hermógenes, sob o qual permanece não apenas a suspeita de incerta associação com o mal demoníaco como também um juízo abjeto de seus mecanismos de assimilação do mal. Dos diversos exemplos de crueldade gratuita impelida contra inocentes, sobressaem as

ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estrago de sangues... (ROSA, 1986, p. 38).

Contrapondo a ética da honra e da vingança do sertão-jagunço, Hermógenes transgride a figura do herói determinista<sup>17</sup> com sua imposição de resistência à fria hierarquia estabelecida pelo código de honra jagunço que impunha total submissão ao comando de Joca Ramiro, seu líder. O assassinato do compadre, chefe e amigo que desestabiliza o regime de soberana autoridade do líder sob seu bando incorpora aos costumes de seus subjugados novos valores de poder, sanguinários e vis quando igualados ao julgamento de Ramiro, impostos em verdadeiros contextos de guerra instaurados nos arraiais de bandos inimigos. Na medida em que as tensões entre estes bandos se intensificam, a barbárie tornea a exterioridade dos conflitos e volta-se aos integrantes do bando sob influência de Hermógenes, como no tumulto causado por Fanchinho e Fulôncio ao insultarem Diadorim (ROSA, 1986, p. 136).

---

<sup>17</sup> Por muitos, representada em Riobaldo que, disfarçado de resignação, resiste à tragédia de seu destino, abandona a vida de jagunço e dedica-se a se tornar um homem de bem.

Confrontos como estes reiteram outra descrição de *Os Sertões* (2002). Estando muito próximo da barbárie, o “homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos” (CUNHA, 2002, p. 324). Ao se voltarem uns contra os outros, o bando hermogênio não apenas rompe com o código de fidelidade mantido pela conservação da ordem entre os jagunços como também passa a admitir práticas condenáveis sobre o ponto de vista ético-moral defendido por homens como Medeiro Vaz, Zé Bebelo e Titão Passos. “Rixar gratuitamente, obrar brutalidades, atirar em passantes inocentes ou, tão somente, aterrorizá-los” (ROSA, 1986, p. 463, 469- 470) são alguns outros exemplos de um ajustamento interno que se tornou comum entre os jagunços dedicados a romper com qualquer sentimento de humanidade, promovendo conflitos em que o sofrimento alheio tornara-se objeto de prazer.

## **2. Causos da maldade: um tratado da violência em Valtêi**

Marcas de violência insídica e gratuita atribuída à inocentes, *redemunho* de horrores cíclicos nutridos pelo prazer da punição. Citado por Riobaldo dentre uma e outra fatídica estória, o trágico caso do menino Valtêi, filho de Pedro Pindó, conhecido do narrador de *Grande Sertão*, bem representa a influência do mal sobre os destinos do homem sertanejo, mesmo sobre aquele que se via imune à ira da humanidade ou dela almejava sair incólume. Num arremedo da inumana realidade de algumas famílias sertanejas, o costumeiro ritual de agressão impelida contra o menino – motivo que ao fim o faz participante da experiência-limite da morte (ROSA, 1986, p. 6) – delata uma espécie atroz de prazer experimentado com o sofrimento alheio, acrescido de pontuais e, continuamente intensos, atos de tortura.

Mire veja: se me digo, tem um sujeito Pedro Pindó, vizinho daqui mais seis léguas, homem de bem por tudo em tudo, ele e a mulher dele, sempre sidos bons, de bem. Eles têm um filho duns dez anos, chamado Valtei – nome moderno, é o que o povo daqui agora apreceia, o senhor sabe. Pois essezinho, essezim, desde que algum entendimento alumiou nele, feito mostrou o que é: pedido madrasto, azedo queimador, gostoso de ruim de dentro do fundo das espécies de sua natureza. Em qual que judia, ao devagar, de todo bicho ou criaçãozinha pequena que pega; uma vez, encontrou uma crioula benta-bêbada dormindo, arranjou um caco de garrafa, lanhou em três pontos a polpa da perna dela. O que esse menino babeja vendo, é sangrarem galinha ou esfaquear porco. – “Eu gosto de matar...” – uma ocasião ele pequenino me disse. Abriu em mim um susto; porque: passarinho que se

debruça – o vôo já está pronto! Pois, o senhor vigie: o pai, Pedro Pindó, modo de corrigir isso, e a mãe, dão nele, de miséria e mastro – botam o menino sem comer, amarram em árvores no terreiro, ele nu nuelo, mesmo em junho frio, lavram o corpinho dele na peia e na taca, depois limpam a pele do sangue com cuia de salmoura. A gente sabe, espia, fica gasturado. O menino já rebaixou de magreza, os olhos entrando, carinha de ossos, encaveirada, e entisicou, o tempo todo tosse, tossura da que puxa secos peitos. Arre, que agora, visível, o Pindó e a mulher se habituaram de nele bater, de pouquinho em pouquim, foram criando nisso um prazer feio de diversão – como regulam as sovas em horas certa confortáveis, até chamam gente para ver o exemplo bom. Acho que esse menino não dura, já está no blimbilim, não chega para a quaresma que vem... (ROSA, 1986, p. 6).

Como a raiz de um mal congênito nutrido pela crueldade perpetrada por Valtêi e correspondida em igual medida por seus pais, a relação mantida em família indica uma luta controversa de supressão da violência por seus próprios mecanismos. A despeito de sua fala desregular, Riobaldo consegue transmitir a negatividade das imagens evocadas pelo caráter maléfico das ações do menino e seus concernentes castigos, a vigor. A falta de linearidade da construção estético-discursiva não impede que o mal se alastre e assuma a pena do sofrimento imputada fria e violentamente entre pais e filho. Sob o discurso da correção, o horror inerente aos episódios de sanção disciplinar atribuídos a Valtêi sugerem partir do mesmo contexto político-situacional dos sistemas jagunços com a violência recíproca que lhes eram características. Dadas as coincidências, “poderíamos pensar que a inocência da maldade de Valtêi remete a Hermógenes, a ‘maldade pura’”? (MORAES, 2008, p. 98).

A partir da observação da violência e do crime como manifestações específicas do mal sobre o menino, a hostilidade generalizada numa mesma família se instaura e, inerente a ela, o desejo por participar a dor alheia. Envolvido por dois distintos elos – o horror e o prazer – o signo demoníaco dos comandos de Hermógenes revela traços de semelhança com o sadismo afinado à família Pindó. A tensa relação entre Valtêi e seus pais, e Hermógenes e os inocentes a quem imputava dor – bem como seus inimigos declarados – dialogam e correspondem-se num trabalho de mediação entre duas esferas culturais que convergem simultaneamente ao universo da violência.

Partindo do plano da violência e da apropriação da dor alheia para conferir à narrativa todo o seu teor de violência, a maldade supostamente inata de Valtêi questiona as fontes de onde partem seus atos abjetos. O domínio que o jovem menino demonstra possuir acerca dos

mecanismos de apreensão do mal assim como o gosto pela violência e pela tortura brevemente narrados em *Grande Sertão: veredas* projetam sobre a descrição de Riobaldo espontaneidade e disposição para a violência sob uma perspectiva de plena impunidade.

Sob o aspecto da infância com toda sua ordem de carências, negligências e cuidados, a descrição de abusos e violências cometidos e sofridos por Valtêi compete com o perfil da fase de desenvolvimento. Diferentemente da dimensão de horror agregada ao jagunço e aos pais do menino, desvios de comportamentos tais como nele revelados questionam e desmitificam as referências de ingenuidade e isenção de maldade atribuídas ao tipo humano infantil. Transtornos de comportamento e personalidade como os revelados na *persona* de Valtêi, além de incomuns à idade, atribuem à infância a suscetibilidade e fragilidade moral, durante a qual o mal pode florescer com facilidade.

Na forma de “violência sádica” (DIAS; GLENADEL, 2004) vinculada não apenas às desigualdades sociais caras ao tempo histórico em que fora concebida a narrativa rosiana como ainda ao “princípio da crueldade” comum ao ambiente sertanejo, o mal representativo no menino avança em direção ao eixo da intolerância equivalente à recíproca aferida sistemática e friamente sobre Valtêi.

### **Referências Bibliográficas**

- ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Ática, 1975.
- CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 99-124.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões *faz cem anos: o alcance das idéias de Euclides da Cunha*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras. Jul. 2001.
- LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antonio. Política e violência no Grande Sertão de Guimarães Rosa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 75-93, abr. 2005. Disponível em <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200504-075-093.pdf>>. Acesso em 20 jun 2010.
- LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e Modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- MANN, Thomas. *Doutor Fausto: A vida do compositor alemão Adrian Leverkühn*. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MORAES, Anita Martins de. Às voltas com a aporia do mal, o redemunho. Trilhas do grande sertão. In: *Revista Cerrados*, Brasília, vol. 17, n. 25, p. 93-106, abr. 2008. Disponível em <<http://www.revistacerrados.com.br/index.php/revistacerrados/article/view/39>>. Acesso em 25 jun 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. *Magma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tutaméia: Terceiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

\*\*\*

Recebido em 03 de setembro de 2010.

Aceito em 08 de novembro de 2010.

## A identidade do jovem nos discursos da mídia: o jovem e a carreira profissional\*

Marcelo Feitosa de Lima<sup>18</sup>  
Pedro Navarro<sup>19</sup>

**RESUMO:** A chamada pós-modernidade trouxe uma série de mudanças em todos os aspectos da vida social. As identidades, também, são valores que estão sofrendo com essas modificações do mundo contemporâneo ou pós-moderno. No entanto, mais que analisar esse aspecto fragmentário, líquido ou a crise de identidade, conforme concebem os críticos dos estudos culturais (HALL, 2000; BAUMAN, 2001), esse texto tem por objetivo compreender o modo como o jovem é falado em discursos que circulam em revistas contemporâneas. Trata-se de compreender que a identidade que é produzida sobre esse sujeito resulta de uma posição sujeito (FOUCAULT, 2007) construída para ele em práticas discursivas identitárias. Para a realização dessa análise, pautamo-nos em noções erigidas pelo dispositivo teórico da Análise do Discurso de linha francesa. De posse de arcabouço teórico, procuramos evidenciar que a construção da identidade do sujeito jovem na mídia é um efeito de sentido produzido pela e na linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso; mídia; identidade; juventude.

**RÉSUMÉ:** L'appel post-modernité a apporté beaucoup de changements dans tous les aspects de la vie sociale. L'identité, aussi, sont des valeurs qui souffrent de ces modifications du monde contemporain ou la postmoderne. Cependant, plus que examiner cet aspect fragmentaire, liquide ou la crise d'identité, conforme conçoivent les critiques des études culturelles (Hall, 2000; BAUMAN, 2001), ce texte vise à comprendre comment les jeunes est parlé dans les discours que circulent dans les magazines contemporains. Il est entendu que l'identité qui est produite sur ce sujet resulte d'une position de sujet (Foucault, 2007) construit pour lui dans les pratiques discursives de l'identité. Pour la réalisation de ce analyse, nous réglons dans notions érigés par les notions théoriques de l'analyse du discours de la ligne française. Possession de cadre théorique, nous cherchons mettre en évidence que la construction de l'identité de ce jeune homme dans la média est un effet de sens produite par eT dans la langage.

**MOTS-CLÉS:** discours; média; identité; jeunesse.

20

<sup>18</sup> Acadêmico do 5º ano do curso de Letras da Universidade Estadual de Maringá – [marchxcx@hotmail.com](mailto:marchxcx@hotmail.com)

<sup>19</sup> Universidade Estadual de Maringá – [plnavarro@uol.com.br](mailto:plnavarro@uol.com.br)

## 1. A teoria do discurso (saber e poder) como dispositivo de compreensão da produção de identidade

A identidade é uma produção discursiva, em vista disso, importa compreender o que entendemos por discurso e sujeito, a partir do quadro teórico sobre o qual alicerçamos nossas análises.

Como é de conhecimento, a Análise do Discurso tem por objeto de análise o *discurso*. Esse campo do saber considera o sujeito como uma entidade não homogênea, mas heterogênea, que é formada por um conjunto de diferentes de vozes. Essas vozes são criadas por toda a questão de fragmentação sofrida pela identidade na pós-modernidade. Orlandi (1999) defende a ideia de que a Análise do Discurso considera que a linguagem estabelece uma relação de mediação necessária entre o homem e sua realidade, tanto natural quanto social. Esse fato de mediar que é feito pelo discurso permite o processo de continuidade e deslocamento do homem, assim como o processo de transformação da realidade na qual esse homem vive. A linguagem como entidade simbólica, de acordo com a autora, é a base para a produção da existência humana.

Alguns conceitos-chave desse campo do saber podem nos fornecer ferramentas para a compreensão do nosso objeto de análise. Vamos a eles.

Maingueneau (1997) observa que há um grande interesse da Análise do Discurso pela noção de *formação discursiva*, que é definida por Foucault como:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2007, p. 43).

A linguagem é o que permite a materialização do discurso. O discurso, logo, é algo exterior à língua; ele se encontra no meio social, e seus limites vão além dos limites que a língua domina, sendo o caso da História e da psicanálise. Nesses termos, “a linguagem é uma

---

\* Esse texto é parte da minha pesquisa do projeto de iniciação científica – PIC, desenvolvido no interior do GEF – Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM.

prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real” (ORLANDI, 1999, p. 95). Com a materialização do discurso por meio da linguagem, ocorre a produção de *efeitos de sentido*. O sentido, mesmo sendo gerado por meio de uma linguagem convencional, não possui o significado do “dicionário”; o significado da palavra é produzido “em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (FERNANDES, 2005).

Para Orlandi, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 1999 p. 30). Por conta disso, os enunciados produzidos pelos homens não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas processos de significação presentes no texto e isso requer do analista a “escuta” de outros sentidos que dão existência ao enunciado. Na análise da relação mundo, palavras e homens, é importante considerar que não existe uma relação direta entre as coisas e as formas materiais de representação delas. Dito de outro modo, entre as coisas (os objetos) do mundo e os homens existem as palavras, ou seja, o discurso. Nesse sentido, uma análise de como se dá textualmente a produção de identidades do jovem deve levar em conta as condições de produção, que compreendem o sujeito produtor de linguagens, a situação de produção e a historicidade inscrita nos processos discursivos (NAVARRO, 2009). As palavras não estão estritamente vinculadas às coisas, muito menos são o reflexo delas, como evidência. Do ponto de vista foucaultiano (FOUCAULT, 2007), diríamos que são práticas discursivas que estabelecem a relação entre as palavras e as coisas, que constroem, portanto, as identidades dos objetos (homem e mundo).

Gregolin (2007), ao estabelecer uma ponte entre os Estudos Culturais e a Análise do Discurso, em especial o método arqueológico formulado por Michel Foucault, chama a atenção para o fato de que, como produto histórico de práticas discursivas, o sujeito é reportado a *posições possíveis de subjetividade*. Não importa quem fala, mas o que ele diz, sendo que esse dizer não é realizado de um lugar qualquer. Assim, além de terem uma memória (repetibilidade) e materialidade, os enunciados estabelecem relações com quem os enuncia.

Para essa estudiosa, o analista, ao considerar essas relações, não busca as intenções, mas as posições do sujeito, que podem ser ocupadas por aqueles que preencherem certas condições - normas institucionais ou jurídicas, *status* ou função que ocupa – e elas dizem quem pode legitimamente vir a ocupar a posição de sujeito. Assim, é a prática discursiva que regula a função do sujeito: num discurso jornalístico pede-se, por exemplo, “objetividade”, “informação”. São as práticas discursivas, portanto, que determinam o que, em uma época, pode-se dizer, quais objetos acolher, quais indivíduos podem ocupar a posição de sujeito nos enunciados.

A noção de poder é amplamente discutida nas análises de Foucault, ainda que em maior ou menor evidência, e atua como um instrumento capaz de explicar a produção dos saberes. Machado (1982, p. 10) pondera que “não existe em Foucault uma teoria geral do poder”, sendo definida como uma prática, constituída historicamente e que se encontra sobre constantes transformações. Ainda de acordo com Machado (*idem*, p.11), existem “formas de exercício do poder diferentes do estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e ativação eficaz”. A tese de Foucault (1982) sobre o funcionamento de micropoderes na sociedade mostra que o poder se traduz como formas de relação: enraíza-se no tecido social, age sobre o cotidiano dos homens, classifica-os em categorias, ligando-os a uma identidade, ao lhes impor uma lei de verdade que é necessário reconhecer. E isso, em termos de linguagem, tem uma incidência direta sobre a produção discursiva de imagens de identidade do jovem na nossa sociedade. Trata-se do exercício de uma relação saber/poder que diz qual a identidade o jovem deve assumir para ser reconhecido pelo grupo social que lhe serve de referência. Materializa-se, portanto, um efeito de poder que, estando vinculado aos enunciados da mídia contemporânea, fala sobre esse sujeito e faz que ele se reconheça de tal ou qual forma.

Esse poder disciplinar, como analisa Foucault, produz comportamentos, fabrica ou molda um tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade capitalista, por isso ele é produtor de individualidade, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista da produção discursiva da identidade, transforma os indivíduos em sujeitos, ora submetidos a outros sujeitos (no caso em tela, os sujeitos produtores dos enunciados

mediáticos sob análise) pelo controle e pela dependência, ora ligados a sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si.

Nesse sentido, a identidade, vista como criação social e cultural que se atualiza na e pela linguagem, é também interpelada pelo poder. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora das representações hegemônicas, utilizando-se de um processo de classificação, pelo qual o poder se manifesta, ainda que de forma sutil, a privilegiar, dar valor positivo a uma imagem de identidade em detrimento de outras.

## **2. O jovem e a carreira profissional**

Entre os principais assuntos emblemáticos que cercam a juventude contemporânea, há a questão da carreira profissional e, eventualmente, seu sucesso como ponto de discussão. Tomamos o tema do jovem e a carreira profissional como elemento passível e propício para uma análise discursiva, que foi feita a partir de enunciados veiculados pela mídia, vista, em nossa pesquisa, como uma “superfície pré-discursiva” (FOUCAULT, 2007), a partir da qual são formulados sentidos sobre os sujeitos e sobre os acontecimentos. Voltando o olhar para nosso objeto de estudos, os enunciados midiáticos materializam sentidos sobre a temática da carreira e do empreendedorismo do jovem na contemporaneidade.

Os discursos que tratam da juventude não são fixos, estão sempre se movendo e se transformando, juntamente com as transformações políticas e sociais que acompanham o homem na história. Portanto, essa identidade contemporânea do jovem é um elemento que veio de muita transição histórica e que, certamente, poderá mudar no decorrer da história.

Nos enunciados selecionados para a realização de nossa pesquisa, a temática *jovem e carreira profissional* aparece com regularidade significativa, o que nos levou a observar isso como um dos aspectos emblemáticos da representação discursiva desse sujeito.

Tal representação remonta a emergência desse sujeito em buscar de uma orientação no que tange à carreira profissional. O surgimento de um caderno especial sobre a carreira profissional na mídia assinala, por meio dos discursos, a identidade do jovem contemporâneo

como alguém incerto e hesitante, o que também podemos relacionar com a própria exigência que a sociedade lhe impõe de se obter uma carreira promissora.

Na análise dessa temática, importa considerar a relação saber/poder que incide sobre esse sujeito. De acordo com Navarro, Foucault, ao analisar:

(...) as esferas microfísicas de atuação do poder na sociedade, formula a tese de que o poder não é algo somente repressivo, mas tem também como função administrar a vida dos homens e controlar suas ações. Ele dissemina no cotidiano e nas várias práticas discursivas; exerce-se na ordem dos discursos organizadores da vida em sociedade (NAVARRO, 2006, p.79).

O poder, pensado na relação do jovem com a carreira profissional, permite olhar para esse sujeito como determinado e interpelado por uma disciplina, que, na maior parte das vezes, se dá através do conhecimento obtido na sua própria formação, feita por meio do ensino escolar, superior e/ou de outras formas de aprendizagem. Nos discursos veiculados pela mídia, o sucesso profissional desse sujeito só é alcançado pela sua formação formal. Os enunciados da revista *Veja* (edição 2138 – ano 42 – nº 45, veiculada em 11 de novembro de 2009) constroem a ideia de que o sucesso profissional do jovem é determinado pela sua formação acadêmica. A revista materializa o discurso segundo o qual o sucesso profissional só é obtido nas profissões que exigem do sujeito formação superior, como podemos perceber nos seguintes enunciados:

- “Medicina: a população envelhece e demanda mais serviços de saúde”;
- “Engenharia: na onda do crescimento econômico”;
- “Direito: apesar da competição acirrada, ainda vale a pena ter esse canudo”.

A atualização desse discurso sobre a relação do jovem com a formação formal ocorre em enunciados como os que são veiculados na revista *Época*, edição 616 do dia 15 de março de 2010, cuja matéria de capa informa “Os segredos dos bons alunos”:



Essa materialidade discursiva atualiza a importância da formação do indivíduo por meio formal como uma garantia de um sucesso no futuro. Essa verdade é trabalhada pela mídia, que oferece lições de como formar um bom aluno. Esse mecanismo discursivo indica o quanto a mídia pode ter o formato e a função de uma consultoria. Uma das estratégias que a mídia impressa utiliza para captar a atenção do leitor é o trabalho com categorias não-verbais, principalmente quando se trata do gênero capa de revista, elemento que, por si só, pode ser tomado como *corpus* de análise discursiva.

Outro enunciado analisado é o que sintetiza a matéria principal da edição da revista *Veja*, citada acima, veiculada em 11 de novembro de 2009, cujo tema é o jovem e a carreira:



No enunciado da capa, há a representação de um homem com aparência jovem, vestido com um traje normalmente utilizado por executivos. A própria escolha da imagem de um homem com terno e gravata recupera a memória discursiva de uma pessoa que tem sucesso profissional, ou de alguém que goza de certo *status* profissional na sociedade. Opera-se, aqui, um trabalho computadorizado com a imagem, por meio do qual o efeito de fumaça e de fogo, abaixo dos pés desse modelo, evidencia a inscrição da memória imagética de um foguete decolando. A própria pose desse jovem executivo, que se encontra sobre uma postura ereta, contribui para esse efeito de sentido. O trabalho com a categoria não-verbal sugere que o modelo da capa da revista está decolando ao encontro do seu sucesso profissional.

O enunciado verbal “Agora é com você” transfere para o leitor a responsabilidade pela sua ascensão profissional. Os possíveis leitores dessa reportagem são interpelados a fazerem parte de um grupo de indivíduos que sabe aproveitar as oportunidades do mercado. Não obstante o pronome, linguisticamente, individualiza esse sujeito (“você”), trata-se de um funcionamento discursivo que busca inseri-lo em uma totalidade. Esse é o exercício do “poder governamental”, que, segundo as análises de Foucault (2004), se utiliza de técnicas e de procedimentos que visam tanto à individualização quanto à totalização. Ao fazer uso desse dispositivo – individualizar para governar – o enunciado dessa reportagem torna o sujeito dependente de uma verdade de outros sujeitos (na reportagem interna são convocados profissionais bem-sucedidos que dão testemunho de como obtiveram sucesso em suas carreiras) e da verdade do atual sistema político-econômico.

Em se tratando de sucesso profissional, os discursos da revista *Veja* produzem o efeito de sentido de que, atualmente, “A turma de branco está com tudo”, a explicação se deve ao fato de que “os salários acima da média e a relativa facilidade para entrar no mercado de trabalho são parte da explicação para a alta procura pela trinca de cursos clássicos”. Por intermédio dos discursos, podemos perceber a preocupação do jovem contemporâneo em escolher uma carreira que permita facilmente a sua entrada no mercado de trabalho. A medicina, considerada como um dos cursos clássicos, ainda permite que esse “sonho” seja realizado. Podemos perceber também ecos de uma ideologia capitalista nos discursos que tratam de carreira profissional, em especial dos cursos mais procurados, a tríade: Medicina, Engenharia e Direito, como indicam as estatísticas do INEP. Muitas vezes, o talento e a

vocação são deixados de lado para a busca do sucesso financeiro, que é oferecido pela trinca de cursos clássicos.

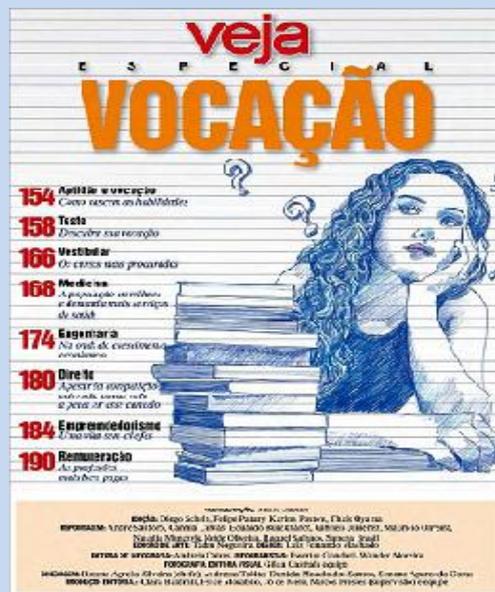
A edição do jornal *Folha de São Paulo*, publicada em 27 de julho de 2008, traz uma seção que trata do “Jovem do século XXI”. O artigo “A adolescência acabou?” escrito por Contardo Calligaris, constrói aspectos da identidade do jovem contemporâneo, como deixa entrever a seguinte sequência enunciativa:

(...) eles se preocupam, sobretudo com a família, saúde, trabalho e estudo. Seu maior sonho é a realização profissional [...] o devaneio de qualquer mãe de classe média: ser médico, advogado ou encontrar um bom emprego que lhes garanta casa própria e carro.

Novamente, podemos observar aspectos da ideologia capitalista nos discursos que tratam do jovem contemporâneo, mostrando que uma das maiores preocupações do “jovem do século XXI” é o sucesso profissional, visto apenas como sinônimo de sucesso financeiro, permitindo que o sonho da compra da casa própria e do carro seja alcançado. Ainda na edição do jornal *Folha de São Paulo*, o sujeito enunciativo indica quais são os “sonhos” e as metas dos jovens contemporâneos, que “buscam atender necessidades básicas como emprego, estudo e casa própria”. Ainda que seja um período caracterizado por dúvidas e incertezas, segundo a reportagem, atualmente, a juventude preocupa-se em ter uma formação acadêmica que lhe permita um bom emprego e que lhe proporcione sucesso financeiro para que seus sonhos de consumo sejam alcançados.

Outro dispositivo discursivo usado para atingir a atenção dos possíveis interlocutores é a criação de laços de proximidade, de forma que tudo o que esteja veiculado na reportagem seja considerado confiável e aceito como verdade, até mesmo no sentido de prestar orientação nas próprias decisões a serem tomadas pelos jovens. Assim, assuntos emblemáticos, como a carreira profissional, buscam atingir o seu alvo, nesse caso o jovem, ainda que, a revista não seja endereçada para um público com uma faixa etária definida.

A representação produzida discursivamente desse sujeito traça o perfil de indivíduo que tem incertezas e que se encontra sobre um solo instável. Prova disso é a própria imagem no interior da matéria: o desenho, como se criado à mão, de um jovem do sexo feminino que se encontra na pose pensativa, com vários pontos de interrogação o cercando.



Novamente, podemos identificar elementos interdiscursivos atuando na construção do efeito de sentido desse sujeito, efeito esse que se constitui pela retomada da memória social e discursiva de um período marcado por dúvidas e incertezas. Sendo assim, o jovem é um sujeito que precisa de orientação, de alguém que lhe mostre o caminho certo a ser seguido. A mídia, em especial essa edição da revista *Veja*, tem como objetivo prestar orientação para esse jovem que vive cercado de interrogações.

Nessa mesma edição da revista *Veja*, é elencado um conjunto de enunciados sobre o jovem e a carreira, que auxilia na construção da identidade desse sujeito:

- *Aptidão e vocação: como nascem as habilidades;*
- *Teste: descubra sua vocação;*
- *Medicina: a população envelhece e demanda mais serviços de saúde;*
- *Engenharia: na onda do crescimento econômico;*
- *Direito: apesar da competição acirrada, ainda vale a pena ter esse canudo;*
- *Empreendedorismo: uma vida sem chefes;*
- *Remuneração: As profissões mais bem pagas.*

Todos esses enunciados conferem à mídia a credibilidade de ser influente e decisiva na vida e nas escolhas do jovem. É possível pensar na noção de poder e como ele legitima os

discursos da mídia sobre o jovem. Para Foucault “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1984, p. 15). Ainda para esse filósofo, o poder não está somente nos aparelhos do estado, mas em toda prática social. Trazendo essa noção para nossa pesquisa, esse poder é produtivo, na medida em que pode inserir esse sujeito no mercado de trabalho, através de uma carreira promissora.

### **3. Considerações finais**

A mídia contemporânea frequentemente se ocupa de assuntos relacionados ao jovem. Por meio dos discursos midiáticos, em especial na edição da revista *Veja*, podemos perceber a construção da identidade do jovem contemporâneo, com certa preocupação no que se refere à carreira profissional. O sujeito jovem vê-se diante de um dilema, que diz respeito à escolha de sua carreira profissional, aliando vocação com o sucesso profissional e, principalmente, financeiro. Para tanto, o jovem é interpelado por um poder, vindo das instituições de ensino, que visa prepará-lo para o mercado de trabalho e para um futuro promissor.

Explicitando melhor essa relação entre discursos midiáticos e ensino, os enunciados são atravessados por um saber pedagógico, já legitimado na sociedade, que naturalizou a exigência de conhecimentos escolares como um dos caminhos de acesso à ascensão social. Saber produzir um texto na perspectiva dos chamados “gêneros textuais”, por exemplo, é uma forma de obter aprovação nos concursos vestibulares. Além disso, a aptidão para a realização de tarefas escolares do campo das ciências exatas, por exemplo, funciona como um dispositivo que pode definir a vocação do estudante, justamente no momento de escolha do curso de graduação ou da área de atuação profissional.

Nos discursos da mídia também podemos perceber a construção desse sujeito jovem contemporâneo sendo interpelado pela ideologia capitalista/consumista, que trata o sucesso profissional como sinônimo de sucesso financeiro.

### **Referências Bibliográficas**

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

- FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. Ed. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 3a. Ed., 1982.
- \_\_\_\_\_. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: DREUFUS H; HABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. Sécurité, territoire, population. *Cours ao Collège de France (1977- 1978)*. Paris: Galimard; Seuil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. 3. ed. Ed. Claraluz, 2007.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.). Tradução Tomaz Tadeu da Silva. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 103 – 133.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.
- NAVARRO, P. O texto como objeto de análise discursiva: questões de sentido, memória e autoria. In. ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Orgs.). *O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva*. Maringá: Eduem, 2009, pp. 124-136.
- \_\_\_\_\_. O Pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Recebido em 06 de outubro de 2010.

Aceito em 10 de novembro de 2010.

## Representação e autoidentificação social dos povos *Rom, Sinti e Calon*: os chamados “ciganos”\*

Anna Clara Viana de Oliveira<sup>21</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir sobre *representação e autoidentificação social* do povo cigano, contrastando com a imagem errônea que a população majoritária tem sobre esse povo. Pretende-se refletir também, sobre meios para superar esta imagem negativa como, por exemplo, a promoção de maior diálogo entre as diversas comunidades ciganas e a sociedade majoritária. Para a análise discursiva, foram utilizadas categorias de análise textual propostas por Fairclough (1989, 2001, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), bem como do arcabouço sócio semântico criado por van Leeuwen (1998) e, por fim, o arcabouço teórico de Thompson (2009) para análise de construções simbólicas ideológicas. Os resultados da pesquisa mostraram que, na tentativa inconsciente de se proteger, os ciganos internalizaram, parcialmente, o discurso da cultura majoritária. Essa parcial internalização se faz presente quando o cigano procura legitimar sua condição de ator social digno de apoio. A construção da união ilusória entre ciganos e demais brasileiros demonstra que, quando se defendem de sua condição de minoria étnica, esses grupos procuram ser aceitos pela sociedade majoritária como iguais. As avaliações positivas reforçam a manutenção da cultura cigana, uma vez que são interpelados a assumir identidades diferentes em momentos diversos dos sistemas culturais.

**Palavras-chave:** ciganos; análise do discurso crítica; autoidentificação; cultura; discurso.

**Abstract:** The goal of this paper is to discuss about social representation and self-identification of Gypsies, contrasting with the wrong image that majority society has on these people. It is intended also to reflect on ways to overcome this negative image as, for example, promote greater dialogue between the various Gypsies groups and the majority society. For discourse analysis, were used categories of textual analysis proposed by Fairclough (1989, 2001, 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999), as well from the socio semantic framework created by van Leeuwen (1998) and finally the theoretical framework by Thompson (2009) to analyze the ideological symbolic constructions. The research results showed that in the unconscious attempt to protect themselves, Gypsies partially internalized the majority culture discourse. This partial internalization is present when the gypsy seeks to legitimate their status as social actor worthy of support. The construction of the illusory union

---

<sup>21</sup> Acadêmica cursando o 8º semestre do curso de Letras - Português do Brasil como Segunda Língua na Universidade de Brasília. E-mail para contato: [annaclara.viana@gmail.com](mailto:annaclara.viana@gmail.com)

between Gypsies and other Brazilians shows that, when they defend themselves from their ethnic minority status, these groups seek to be accepted by the majority society as equals. Positive evaluations reinforce the maintenance of Gypsy culture, once they are challenged to assume different identities at different times of cultural systems.

**Keywords:** Gypsies; critical discourse analysis; self identification; culture; discourse.

## Introdução

“Parece que os ciganos e ciganas somente nascem no mundo para serem ladrões; nascem de pais ladrões, se criam com ladrões, estudam para ser ladrões, e finalmente se tornam ladrões. E o desejo de roubar e o roubar são neles fatos inseparáveis, que somente desaparecem com a morte.”

Ciganinha – Miguel de Cervantes

O objetivo deste trabalho é discutir sobre *representação e autoidentificação* cigana, contrastando com a imagem errônea que a população majoritária tem do povo cigano. Pretende-se refletir também, sobre meios para superar esta imagem negativa como, por exemplo, a criação de políticas afirmativas a favor desse povo, assim como a promoção de maior diálogo entre as diversas comunidades ciganas e a sociedade majoritária.

Existem diferentes teorias sobre a origem e a dispersão do povo cigano pelo mundo. Há a hipótese de que vieram do Egito antes de chegarem à Europa. Porém antes disso, há cerca de 1000 anos foi iniciada uma migração de indianos ao Ocidente. Alguns estudiosos asseveram que os ciganos são descendentes dos párias, casta mais inferior dos hindus, desprezada por todas as outras da Índia, que vivia no nordeste do país, entre os rios Indo e Ganges. Os párias teriam sido expulsos da Índia em dado momento, quando começaram suas dispersões. Esta é a hipótese mais aceita atualmente pela ciência, segundo Melo (2005).

A presença dos ciganos foi documentada na Grécia e em países balcânicos a partir do séc. XIII, depois de passarem pela então Pérsia (hoje Irã) e Turquia. No início do séc. XV começam a migrar para a Europa Oriental onde se apresentam como oriundos do “Pequeno Egito”, uma região da Grécia, mas que foi confundida pelos europeus com o país africano de mesmo nome.

Atualmente, os ciganos costumam usar autodenominações diferentes e distinguem-se em pelo menos três grandes grupos, os *Rom*, os *Sinti* e os *Calon*.

Os *Rom* (ou Roma, como se autodenominam) é um grupo demograficamente majoritário e o que está distribuído por um número maior de países. É dividido em vários subgrupos (*natsia*, literalmente, nação ou povo), com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuara, Lovara e Tchurara. Este grupo teve sua história profundamente vinculada à Europa Central e aos Bálcãs, de onde migraram a partir do séc. XIX para o leste da Europa e para a América.

Alguns estudiosos e muitas organizações ciganas tem tentado substituir no léxico a palavra “ciganos” por *Rom*. Este processo tem-se denominado *romanização*, e tem a intenção de conferir legitimidade a estes grupos como sendo o dos “verdadeiros ciganos”. Existem ainda, pelo menos, duas derivações dessa política. A primeira é a do subgrupo Kalderash, auto-proclamada mais “autêntica” e “nobre” entre as comunidades ciganas. A segunda é a do grupo linguístico *vlox romani*, considerado por muitos pesquisadores como portador da “verdadeira língua cigana” (ADOLFO, 1999).

Os *Sinti*, também chamados Manouch, falam a língua *sintó* e são numericamente expressivos na Alemanha, Itália e França. No Brasil, nunca foi feita uma pesquisa apurada sobre sua presença. Provavelmente, os primeiros Sinti chegaram ao país também durante o século XIX, vindos dos mesmos países europeus já mencionados.

Os *Calon*, cuja língua é o *caló*, são ciganos que se diferenciaram culturalmente após um prolongado contato com os povos ibéricos. Da Península Ibérica, onde ainda são numerosos, migraram para outros países europeus e da América. Foi de Portugal que vieram para o Brasil, onde constituem o grupo mais numeroso.

Existem povos *Calon* onde quer que tenha havido colonização portuguesa, pois ao contrário da Espanha, o Reino de Portugal os degredava para todas as suas colônias. Aplicava-se o degredo como pena e também se utilizavam disso para povoar territórios colonizados mais remotos (como foi o caso do degredo para o Maranhão e para Cabo Verde) e para ter mão de obra auxiliar nos portos da África e no comércio de escravos (COSTA, 1997).

Houve decretos em Portugal que proibiam os ciganos de usar suas vestimentas, falar sua língua e até de duas famílias ciganas morarem na mesma rua (PEREIRA, 2009). Isso constituiu uma forte tentativa, na maioria das vezes frustrada, de adaptar os ciganos à vida cotidiana da maioria dos cidadãos. E como simplesmente o fato de ser ciganos e viver como ciganos os fazia criminosos, houve muitas levas de ciganos degredados de Portugal ao longo de cerca de três séculos.

Desde sua origem, os povos ciganos têm sido alvo de degredo e sempre causava incômodo à população local e aos governos, que, não sabendo como incorporá-los às cidades, expulsavam-nos. Há relatos referindo-se aos ciganos como povo que desconhecia a noção de dever para com a sociedade (COSTA, 1997). Mesmo quando não eram expulsos, davam prosseguimento às constantes mudanças e exerciam ofícios que os permitiam serem nômades, como compradores e vendedores de cavalos e outros animais, ferreiros e artistas de artes circenses, dança e música. As mulheres ciganas sempre praticaram a *buena dicha* (leitura da sorte nas mãos) e mendigaram (TEIXEIRA, 1999).

Os ciganos sempre evitaram a miscigenação e o convívio com os *gadjé* (não ciganos), o que contribuiu sobremaneira para a manutenção de seus costumes e de sua cultura ao longo dos séculos, embora sejam povos sem território. Os ciganos sempre tiveram o mínimo possível de contato com os *gadjés*, somente o fazendo para fins de negociação e sobrevivência. Tal situação tem sido lentamente modificada hoje em dia à medida que eles precisam adaptar seus ofícios à sobrevivência no mundo atual. Mesmo continuando nômades em sua maioria, precisam interagir mais intensamente com os *gadjés* para a venda de objetos, tais como toalhas e colchas, para aquisição de mantimentos e para comercialização em geral. Há, inclusive, grande número de ciganos que comercializam carros e carroças.

Quase não se sabe sobre os ciganos brasileiros na atualidade. Há de se considerar as dificuldades documentais existentes, uma vez que, quando chegaram ao Brasil, estes registros quando feitos eram muito precários.

As pesquisas realizadas até agora no Brasil comprovam a existência de dois grupos diferentes (COSTA, 1997): os *Calon* e os *Rom*. Os *Calon* sofreram degredo ou voluntariamente migraram para o país a partir do séc. XVI. Em Portugal, a primeira lei a impor o degredo foi a de 28 de agosto de 1592, que postava que homens não integrados a

sociedade deveriam abandonar o Reino em um período máximo de quatro meses. Caso não o fizessem, ficavam sujeitos a pena de morte e suas respectivas mulheres sofriam degredo perpétuo para a Colônia (COSTA, 1997). Estes eram ciganos que chegaram ao Reino de Portugal através da Espanha. Eram degredados como punição pelos crimes que cometiam: sendo acusados de não se integrarem à sociedade, não se adaptarem a ofícios, viverem em bandos, usar vestimenta inadequada e cometer furtos de pequenos objetos e de animais (como cavalos e burros).

No Brasil há também os *Rom*, em sua maioria da subdivisão Kalderash, ferreiros que vieram para o Brasil somente a partir de meados do séc. XIX, provenientes dos Bálcãs e Europa Oriental. Na pesquisa bibliográfica não foi encontrada nenhuma publicação que trate de ciganos Sinti no Brasil, que provavelmente também devem ter migrado para o Brasil junto aos colonos alemães e italianos, a partir do final do séc. XIX (TEIXEIRA, 1999).

Segundo dados oficiais, de 1819 a 1959 migraram para o Brasil 5,3 milhões de europeus, dos quais 1.700.000 eram portugueses, 1.600.000 italianos, 694.000 espanhóis, 257.000 alemães e 125.000 russos. No desembarque registrava-se apenas a nacionalidade do imigrante, e não a sua identidade étnica. É mais do que provável que no meio dos quase dois milhões de imigrantes italianos e alemães também tenham vindo ciganos *Sinti*, principalmente durante e após a II Guerra Mundial (TEIXEIRA, 1999).

Também não existem dados sobre o número de ciganos no Brasil atual, nem sobre a sua distribuição geográfica. Até hoje no país não foi feito nenhum levantamento sistemático e confiável da população cigana, seja através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outra instituição de pesquisa demográfica, ou qualquer Organização Não-Governamental (ONG) ou por cientistas (PEREIRA, 2009).

Na Europa, onde vive a maioria dos ciganos, os dados demográficos são igualmente duvidosos, mas de um modo geral estima-se que sua população esteja em torno de 10 a 15 milhões de pessoas. Os países com a maioria de população cigana são a Romênia (1.800 a 2.500.000), Bulgária (700 a 800.000), Espanha (650 a 800.000) e Hungria (550 a 600.000) (MAIA, 1993).

Embora não tenham pátria, os ciganos são uma nação com sua etnicidade, confirmada pela União Romani Internacional, reconhecida pela ONU a 28 de fevereiro de 1979. No Brasil

existe a Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) e o Centro de Estudos Ciganos do Brasil (CEC) que velam por questões relativas a este povo (PEREIRA, 2009).

A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Ministério Público Federal à defesa dos direitos e interesses indígenas (CF Art. 232). A Lei Complementar 75, de 20 de Maio de 1993 ampliou ainda mais a ação do MPF ao atribuir-lhe a proteção dos interesses relativos às minorias étnicas em geral, incluindo-se nestas também as comunidades negras isoladas (antigos quilombos) e os ciganos.

A defesa dos direitos e interesses ciganos, no entanto, é difícil e complexa: não existe um órgão governamental para tratar especificamente dos assuntos ciganos; nenhuma lei lhes dá proteção especial e na Constituição Federal sequer são mencionados.

No Brasil, tímidas iniciativas têm sido implantadas pelo governo no sentido de dar dignidade aos ciganos, como etnia detentora de valores culturais legítimos. Como exemplo há o Edital nº 7/2007: Prêmio Culturas Ciganas, lançado pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura que agraciou 20 iniciativas culturais ciganas com R\$ 10.000,00 cada (LIRA, 2008).

Devido a sua história de degrado permeada por violência e sua exclusão social acredita-se na pertinência deste trabalho, que pode contribuir cientificamente para aumentar o reduzido número de trabalhos sobre ciganos no Brasil e, socialmente, para a inserção da cultura destes povos no âmbito da cultura majoritária, superando o particularismo familiar onde se encontra hoje.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira delas, teço considerações sobre o marco teórico utilizado na pesquisa. Na segunda, são apresentados os procedimentos metodológicos para coleta de dados bem como os resultados alcançados na análise dos dados. Na terceira e última parte são tecidas breves considerações finais.

## **1. Referencial Teórico**

A história dos ciganos, de maneira geral, tem sido escrita por não ciganos e, nesse sentido, torna-se difícil confirmar sua veracidade, pois tal estudo se dá de forma contrastiva, sempre em relação à cultura *gadjé* (não cigana). É assim que os enxergamos: a partir da nossa visão de mundo. Com isso, escapa-nos o óbvio: como eles se enxergam?

Para essa investigação, optei pelo referencial teórico da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) proposta por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) que busca refletir sobre as mudanças sociais contemporâneas, sobre mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas libertadoras nas estruturas da vida social. A abordagem analítica envolve, segundo Fairclough (2003, p. 184), alguns passos, os quais serão discutidos a seguir:

Primeiramente é preciso centralizar-se em um problema social que tenha um aspecto semiótico. Nesta pesquisa, o problema focaliza-se na naturalização do discurso particular da estereotipia da figura cigana como sendo universal. Em segundo lugar, busca-se identificar os elementos que impõem obstáculos, com o fim de abordá-los. Nesta etapa existem três análises atuando juntamente: (1) *análise da conjuntura*, ou seja, da rede das práticas em que o problema está localizado; (2) *análise da prática particular*, a relação de *semiose* que mantém com outros elementos da prática particular de que se trata; (3) *análise do discurso*, voltada tanto para a *estrutura* (a ordem do discurso) quanto para a *interação* (análise linguística e a relação com a prática social). Em seguida, busca-se olhar a *função do problema na prática*, na qual se deve “considerar se a ordem social (a rede de práticas) ‘reclama’ em certo sentido o problema ou não” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 184). E, finalmente, procura-se refletir sobre as possíveis maneiras de superar estes obstáculos, refletindo criticamente sobre a análise, pois, conforme Resende e Ramalho (2006), toda pesquisa crítica deve ser reflexiva.

Fairclough (1999) traz à luz uma reflexão crítica sobre a mudança social que oferece fundamentos para uma análise de problemas sociais subsidiada por dados linguísticos que sustentem a crítica. Tem-se a possibilidade de gerar conhecimento através da internalização de determinados discursos que contribuem não somente para a formação identitária, mas também na constituição de relações sociais. Além disso, são utilizadas estruturas da língua para propósitos políticos sobre a distribuição desigual de elementos discursivos, além da relação destes com aspectos não discursivos de práticas sociais específicas (RESENDE, 2010, p. 1).

A perspectiva ideológica de Thompson (2009) assume relevância no presente trabalho, por contribuir na investigação de como são estabelecidas e mantidas as relações de dominação, especialmente com foco em formas simbólicas que quase sempre são inseridas nesse tipo de contexto social. Os significados ideológicos são tão mais eficazes quanto menor

sua transparência (BAKHTIN, 2002; FAIRCLOUGH, 1989) e que análises discursivas podem contribuir para a desconstrução ideológica de textos, que por sua vez podem intervir na estrutura social para produzir mudanças àqueles em situação de desvantagem social (RESENDE & RAMALHO, 2006).

Para Thompson (2009), a ideologia é um conceito inerentemente negativo e no sentido de estabelecer e conservar relações desiguais de poder. Por sua vez, o poder “se refere às formas e aos processos sociais em cujo seio, e por cujo meio, circulam as formas simbólicas no mundo social” (WODAK, 2003, p. 229). Por isso, um dos objetivos da ACD é desnaturalizar ideologias, ou seja, sentidos a serviço da dominação.

### **1.1. Construções identitárias**

A perspectiva não essencialista de identidade de Hall (2003) aponta que o sujeito pós-moderno é composto de variadas identidades contraditórias ou não resolvidas. Esse processo é resultado das mudanças sociais e estruturais que questionam a estabilidade e a inflexibilidade das identidades culturais. Os sujeitos assumem personalidades diversas em momentos diferentes, fato historicamente definido porque os sujeitos são constantemente inquiridos nos sistemas culturais.

Outro fato que se deve levar em conta é que a construção da identidade também está relacionada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças (FAIRCLOUGH 2003, *apud* RESENDE, 2009).

Castells (1999) aponta que toda e qualquer identidade é construída, e sempre se dá em contextos de poder. Assim o autor propõe três formas de construção da identidade: a *identidade legitimadora* é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; a *identidade de resistência* é construída por atores em posição social desprivilegiada constituindo, assim, foco de resistência; e a *identidade de projeto* é construída quando atores sociais buscam uma redefinição de sua posição na sociedade, fato que por si constitui recurso para mudança (RESENDE & RAMALHO, 2006).

O termo discurso em ACD corresponde parcialmente às dimensões textuais que tradicionalmente, têm sido tratadas por “conteúdos”, “significados ideacionais”, “tópico”, “assunto”, entre outros (PEDROSA, 2005). Segundo Fairclough (2003, p. 64):

Há uma boa razão para usar “discurso” em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos.

A relação entre discurso e estrutura social tem natureza dialética, resultando do contraponto entre a determinação do discurso e sua construção social. No primeiro caso, o discurso é reflexo de uma realidade mais profunda, no segundo, ele é representado, de forma idealizada, como fonte social. A constituição discursiva de uma sociedade decorre de uma prática social que está, seguramente, arraigada em estruturas sociais concretas (materiais), e necessariamente, é orientada para elas, e não de um jogo livre de ideias na mente dos indivíduos (PEDROSA, 2005).

Fairclough (2001) defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder.

A linguagem classifica o poder e o expressa. Esse poder se manifesta segundo os usos que as pessoas fazem da linguagem e suas competências para tanto. Ele pode ser em alguns casos, negociado ou mesmo disputado, pois um texto não é obra de uma pessoa só. Ressalta Wodak (2003, p. 230):

Nos textos, as diferenças discursivas se negociam. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos são com frequência arenas de combate que mostram as pistas dos discursos e das ideologias encontradas que contenderam e batalharam pelo domínio.

Apesar de saber-se que o poder não se origina da linguagem, é possível, por meio dela, valer-se do próprio poder para desafiá-lo ou até mesmo subvertê-lo, alterando-lhe as distribuições em curto ou longo prazo. O poder não somente se efetiva no interior do texto, através das formas gramaticais, mas, também, no controle que uma pessoa é capaz de exercer sobre uma situação social, através do texto (WODAK, 2003).

A linguagem constitui espaço de luta hegemônica (RESENDE & RAMALHO, 2006). Fairclough (2001) atualiza o conceito de hegemonia de Gramsci como “o domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado no consenso”. Contudo, como a dominação é sempre instável, a noção de luta hegemônica toma a forma de um foco de luta na instabilidade das relações de poder. A luta hegemônica então assume a forma da prática discursiva em interações sociais a partir da dialética entre discurso e sociedade. Hegemonias são assim criadas, reproduzidas, contestadas e transformadas (RESENDE & RAMALHO, 2006). O discurso também se encontra dentro desta esfera, portanto a hegemonia de determinado grupo torna-se parcialmente dependente de sua capacidade de gerar práticas de discurso e ordens discursivas que lhe dêem sustentação.

As considerações teóricas apresentadas acima permitem ao analista de discurso investigar a autoidentificação cigana, em contraste com a representação social negativa desse povo, visando à diminuição do preconceito contra essa minoria, bem como contribuir para incrementar o respeito mútuo e o diálogo entre a comunidade cigana e não cigana.

## **2. Procedimentos metodológicos e análise de dados**

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), a delimitação do *corpus* é constituída de dados primários e secundários. Neste trabalho, o *corpus* principal é composto por uma entrevista etnográfica realizada por Melo (2005), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília. É importante esclarecer que foram utilizados dados secundários porque durante a realização da presente pesquisa não houve tempo hábil para a coleta de dados novos. É preciso reconhecer que existem limitações de acesso a realidade de um grupo ainda pouco estudado como o cigano, cuja especificidade

linguística constitui barreira à coleta de dados, assim como seu modo de vida particular. Entende-se que tais barreiras longe de inviabilizar a realização da pesquisa somente tornam o processo de análise desta realidade mais complexo. Ademais, pretende-se no futuro, ao dar continuidade a presente pesquisa coletar dados novos em comunidades ciganas residentes no entorno de Brasília/DF.

Realizou-se a ampliação do *corpus*, depois do início do trabalho, com a análise da reportagem intitulada: “Quatro morrem e cinco ficam feridos após confusão em festa cigana no PR”, retirada do jornal *Folha Online*, no caderno Cotidiano, de autoria de José Maschio (2008).

Para a análise discursiva, três categorias são utilizadas: a *avaliação*, a *interdiscursividade* e a *intertextualidade* propostas por Fairclough (2003). Outra categoria de análise textual da qual se vale é a *representação de atores sociais*, parte do arcabouço sócio-semântico criado por van Leeuwen (1998). Emprega-se ainda, o arcabouço teórico de Thompson (2009) para análise de construções simbólicas ideológicas, sobretudo em dois diferentes modos: *Unificação* e *Fragmentação*.

A análise se inicia pela categoria analítica *interdiscursividade*, em consonância com a análise da categoria *fragmentação*. Em seguida, analisa-se a categoria analítica *representação de atores sociais* e o modo de operação de ideologia *unificação*. Por fim, encerra-se a análise com a *avaliação*.

## **2.1 Interdiscursividade, intertextualidade e resistência à fragmentação cigana**

A *intertextualidade* é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas (FAIRCLOUGH, 2003). No processo de produção de sentidos, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos, sendo sempre acréscimo às “cadeias de comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000). No processo de distribuição, a intertextualidade é útil para a “exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações ao mudarem de um tipo de texto a outro” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). No processo de consumo de sentidos, a intertextualidade é proveitosa ao destacar que não é unicamente “o texto” (ou os textos intertextualizados na

constituição deste) que molda a interpretação, porém, também os outros textos que os intérpretes, variavelmente, trazem ao processo de interpretação.

Fairclough em seu livro “Discurso e Mudança Social” (2001) procurou esclarecer a diferença entre os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, distinguindo uma “intertextualidade manifesta” e uma “intertextualidade constitutiva” ou “interdiscursividade”. O sentido que apreendemos na interdiscursividade resulta de um diálogo vivo entre os discursos combinados. A interdiscursividade, portanto, é a heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 72). A interdiscursividade nos obriga a um exercício hermenêutico mais complexo do que aquele que se obtém na identificação dos intertextos, mais visíveis e menos sujeitos a serem descobertos. Se a interdiscursividade não implica a intertextualidade, o contrário é sempre verdadeiro, porque um texto é sempre um discurso vivo que preexiste à redação do próprio texto e que só se torna dinâmico com o diálogo com outros discursos (PEDROSA, 2005).

Dentro do significado representacional de textos, o discurso assume o modo de representação de aspectos do mundo (RESENDE & RAMALHO, 2006). Discursos diferentes são diferentes perspectivas de mundo, que por sua vez, são associadas a diferentes relações das pessoas com o mundo, dependentes também de suas posições e relações que estabelecem com outros (FAIRCLOUGH, 2003). Discursos diferentes além de representarem o mundo “concreto” também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, “relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares” (RESENDE & RAMALHO, 2006). Um mesmo texto pode vincular discursos diferentes, e a articulação desta pode se efetivar de várias formas, variando entre a competição e a cooperação.

Um tipo de *intertextualidade* de interesse no *corpus* é articulada com o fenômeno da negação, como pode ser observado nos excertos abaixo:

Excerto 1:

- Festa nossa *não* tem briga.
- (...) nós como uma pessoa que *não* gosta de dar trabalho pras autoridade.
- (...) eu como líder dos ciganos mesmo mora aqui há trinta e dois anos, *não* tenho ficha nenhuma na justiça, nem eu como ninguém dos meus filhos.

Percebe-se que as frases negativas são utilizadas com objetivos polêmicos, pois veiculam ou carregam tipos especiais de pressuposições, que funcionam intertextualmente, pois incorporam outros textos apenas com o objetivo de contradizê-los ou rejeitá-los (PEDROSA, 2005). Pode-se notar que esta interdiscursividade entre o discurso cigano e o discurso hegemônico preconceituoso opera como um modo de resistir à *fragmentação* da figura cigana.

A *fragmentação* age segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar em um desafio real aos grupos dominantes, ou “dirigindo forças de oposição potencial a um alvo projetado como mau, perigoso ou ameaçador” (THOMPSON, 2009, p. 87).

Tome-se como exemplo deste modo de operação da ideologia excertos de uma manchete retirada da Folha Online (26.12.2008), retratando “a confusão” ocorrida numa festa de casamento cigana ocorrida em Paranavaí (noroeste do PR) na noite de Natal:

Excerto 2:

- No local do confronto, a Polícia Civil *apreendeu seis armas de grosso calibre e munições*.
- O acampamento foi *parcialmente destruído* durante o confronto, assim como *carros foram atingidos por disparos*. No local foram encontrados *70 engradados de cerveja*.
- “Eles não quiseram falar sobre o que teria desencadeado *o tiroteio generalizado*, mas sabemos que *uma mulher do grupo paranaense teria sido provocada por um paulista, o que ocasionou toda a confusão*”, disse o delegado operacional da Polícia Civil de Paranavaí, Maurício de Oliveira Camargo.

Percebe-se que existe neste discurso jornalístico uma significativa fragmentação da figura cigana no qual aspectos da perspectiva particular com as quais os ciganos são representados apresentam-se bastante visíveis pelo uso da seleção lexical feita pelo autor. Os ciganos são representados como desordeiros e perturbadores da ordem pública envolvidos em brigas constantes com seus iguais. Reportagens como esta são frequentes na mídia e ajudam não somente na naturalização desta ideologia, mas também contribuem para aumentar a ignorância em relação ao povo cigano.

No *corpus* constata-se um foco de resistência a este modo de operação da ideologia, novamente formalizado pela da partícula de negação como articulador da intertextualidade:

Excerto 3:

- Porque um cigano você *não* vê um cigano usando droga, você *não* vê um cigano assaltando banco, você *não* vê cigano fazendo estrupro, né?
- Cigano *não* faz seqüestro.
- Sobre nós com esses outros cigano (...) nós *não* tem nem sempre confrontos, tá?

Através desses excertos é perceptível que o cigano procura tornar legítima sua condição como ator social justo e digno de apoio. Este posicionamento pode ser considerado como uma tentativa inicial de melhoria da figura cigana ante o senso comum. A articulação dos discursos neste caso serviu para negar esta posição majoritária em favor da afirmação do discurso contra hegemônico. É sabido que a luta hegemônica depende da capacidade dos sujeitos de gerarem práticas de discurso para esclarecer a opinião pública acerca de suas maneiras de viver e de pensar, seus valores culturais entre outros. Contudo também é inegável o fato de para que isto ocorra estes atores sociais precisam começar a ser efetivamente incluídos nos discursos onde se possa ouvir claramente sua voz.

## 2.2 Agrupamento: a chave da identidade cigana

Nesta subseção, investigam-se alguns mecanismos e funcionamentos da *representação de atores sociais* por meio da linguagem verbal: um composto de elementos linguísticos que podem funcionar para incluir ou excluir indivíduos e grupos, conforme Leeuwen (1998). A maior preocupação do autor é saber “como é que as representações acrescentam mais elementos às práticas sociais” e como as últimas se transformam em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais. O sistema apresentado por van Leeuwen nos permite perceber como, na *representação dos atores sociais*, o discurso nos permite escolhas diferenciadas, cada uma delas com distintas implicações ideológicas.

De acordo com o teórico, os atores sociais quando incluídos podem ser referidos como grupos, por meio da *assimilação*. Existem dois tipos principais: a *agregação* (os grupos de participantes vêm quantificados) e a *coletivização* (os grupos de participantes são retratados de uma forma coletiva), sendo este último o tipo mais recorrente no *corpus*:

Excerto 4:

- É, *nós* cigano como uma classe de gente assim muito interessado em negócio.
- (...) *nós* como essa origem do Egito.
- Sempre *nós* como muito devoto né?

A coletivização ocorre na maioria das vezes através da primeira pessoa do plural “nós” (N=57)<sup>22</sup>, mas também através de pronomes possessivos, em construções como “nossa nação” e “nossa linguagem”:

Excerto 5:

- (...) então aquilo ali é tradição que nós trouxemos de beuço, trouxemos aquilo de... pela *nossa nação*. Aquilo ali já vem pela nossa procedência, da *nossa nação*.
- Tem o nome que nós fala com a *nossa linguagem*, só que no dicionário não encontra.
- (...) agora na *nossa linguagem* nós fala assim: Chibi de Calon. Chibi é ‘linguagem’ e ‘Calon’ somos nós.

Segundo Pereira (2009:19), “o cigano somente é conhecido por meio de seu contexto, isto é, dos condicionamentos socioculturais de sua etnia. A chave da identidade cigana não se encontra no indivíduo, mas no grupo”. Assim, a cultura e personalidade ciganas moldam-se por completo no grupo, e daí projetam-se em cada um de seus componentes.

A assimilação é um tipo de *representação de atores sociais* com notável potencial ideológico, pois muitas vezes generalizamos certo grupo como “eles” para marcá-lo como diferente e, geralmente, como inferior a “nós” mesmos.

No *corpus*, no entanto, percebe-se a ocorrência da *unificação*, um *modus operandi* da ideologia no qual se constrói no nível simbólico uma forma de unidade que interliga os indivíduos em uma identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.

A construção ilusória dos ciganos como pertencentes ao povo “comum, brasileiro” sendo “a mesma coisa” pode ser percebida nos excertos abaixo:

---

<sup>22</sup> N = número de ocorrências no excerto.

Excerto 6:

- *Não*, as festas nossas é umas festa assim, religiosas mesmo *igual as suas, comum, brasileira mesmo igual* eu tinha acabado de falar.
- *A mesma coisa (explicando como é a cerimônia de casamento)*. Não muda nada.
- Pra nós é a língua *comum*, porque é a língua escrita que tem nos dicionários e a língua que qualquer pessoa fala e entende ela, né?

A atual situação político-social empurra os ciganos para a incorporação dos valores da sociedade majoritária, como sendo “normal” e “comum”. Pode-se inferir que em [16] a partícula negativa no início da sentença pode constituir certo distanciamento e defesa da própria condição étnica de minoria, apesar do reconhecimento que possuem da diferença entre os dois grupos mencionados em diversas vezes durante a entrevista.

Esta construção fragmentada e contraditória da identidade, pois, conforme Hall (2003), é parte inerente do sujeito pós-moderno, e depende dos eventos discursivos dos quais participam. Sabendo do histórico de injustiça, ódio e ignorância a que esse povo vem sendo submetido desde sua origem, não é estranho constatar que essa identidade unificada, apesar de ilusória, é uma construção dos ciganos visando uma vida mais confortável. Hall (2003) compreende a identidade como um ato performativo, na qual a constituição dos sujeitos dependente também dos discursos. A identidade então é sempre um “sujeito-em-processo”, constituição que nunca cessa e por isso permeada pela ideia de resistência, ruptura e mudança nas representações discursivas que a configuram.

### **2.3. A cosmovisão cigana: uma avaliação positiva**

A *avaliação* está entre as categorias diretamente relacionadas ao significado identificacional do discurso, e inclui afirmações avaliativas, afirmações com processos mentais afetivos (tais como “detestar”, “gostar”, “amar”) e presunções valorativas sobre o que é bom ou desejável (RESENDE & RAMALHO, 2006).

No *corpus*, identificam-se principalmente afirmações com processos mentais afetivos (RESENDE & RAMALHO, 2006), sobretudo o processo “gostar”, como é ilustrado abaixo:

Excerto 7:

- Então a gente *gosta* sempre de passar aquilo pra família hoje assim contar aqueles causo daquelas pessoa véia (...).
- (...) porque nós só *gostaria* de casar mesmo nas nossas família, né?
- (...) nós *gostaria* mais de conversar sobre a nossa língua.

Estas são avaliações positivas que versam especificamente acerca da manutenção da cultura cigana, e por tratar-se de um grupo étnico de território delimitado e por vezes indefinido (como no caso dos nômades), sua sobrevivência cultural é garantida pela língua (e dialetos) e por suas tradições que trazem enraizadas em si suas características essenciais, sua cosmovisão (PEREIRA, 2009). Por o *caló* ser língua ágrafa, sua língua oral torna-se o único meio de resistência cultural através da religiosidade, costumes, lendas, danças, mitos entre outros.

Por sua vez, as afirmações avaliativas e presunções valorativas também estão presentes como em:

Excerto 8:

- (...) então isso aí *não tem um bom sentido*.
- Aí se quiser falar com ele outra palavra, já na linguagem já ouviu, ele já fala com a palavra *já na linguagem nossa*.

Em [22] ocorre uma avaliação com o adjetivo avaliativo “bom”: o cigano avalia como indesejável as crianças falarem umas com as outras em português. Em [23] há uma presunção avaliativa não engatilhada formalmente, com seu significado enraizado mais profundamente no texto. É significativo o aprendizado do *caló* como língua materna pelas crianças ciganas, valor comum a maioria das etnias ciganas, como o respeito ao *Barô Dewel* (Deus), respeito aos antepassados, aos mais velhos, aos pais, à importância do casamento e a valorização da tradição oral (PEREIRA, 2009). Percebe-se que apesar da tentativa de unificar o povo cigano aos demais brasileiros, as avaliações são sempre positivas quando se trata da cultura cigana e suas manifestações diversas. Essa avaliação presumida também reforça a unidade entre os ciganos, conforme foi discutido na subseção 2.2.

## **Considerações Finais**

Esta pesquisa trata não somente da proteção dos direitos de minorias, também é um meio de incrementar o respeito mútuo e o diálogo, a fim de evitar qualquer forma de conflito social e cultural existente entre a comunidade cigana e não-cigana.

A ignorância gera medo, medo gera preconceito que gera discriminação. A sociedade majoritária, só pode desenvolver respeito pela cultura das minorias ciganas se conhecer seus valores e suas manifestações culturais. Portanto, urge que não somente os linguistas, assim como todos os cientistas sociais, iniciem pesquisas sérias sobre a situação dos brasileiros ciganos, sobre suas diversas culturas e sobre a discriminação da qual constantemente são vítimas. Cabe a nós acabar com a ignorância, porque enquanto esta persistir, será impossível acabar com os preconceitos e com a discriminação. É necessário corrigir e eliminar, na medida do possível, estas imagens negativas. Rose (1972, p. 167) observa que:

Uma das causas que explicam que um grupo seja mal conhecido é o isolamento social em que ele se encontra mesmo se está em contato permanente com o resto da população. O preconceito origina, muitas vezes, medidas de segregação material e social que, por seu lado, favorecendo a ignorância, contribuem para arraigar o preconceito. [Mas] a) a ignorância provém tanto da ausência de conhecimentos, como da presença de ideias falsas; b) a ignorância em si não faz nascer o preconceito, mas condiciona ou favorece o seu desenvolvimento em graus diversos conforme os grupos de que se trata. Quando a ignorância representa um papel importante no aparecimento dos preconceitos, estes poderão ser eficazmente combatidos pela informação, que virá completar os conhecimentos ou combater as ideias falsas.

Em uma tentativa inconsciente de se proteger, percebeu-se que os ciganos internalizaram parcialmente o discurso da cultura majoritária. Como foi apontado na análise, ao mesmo tempo em que lutam contra a fragmentação de seu povo, os ciganos também internalizam discursos hegemônicos preconceituosos.

Esta pode constituir uma identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação (CASTELLS,

1999). Contudo neste caso a mesma ainda não se tornou uma identidade propriamente dita, pois não foi totalmente internalizada pelos atores sociais (RESENDE, 2009).

Essa parcial internalização é percebida através da resistência ao discurso hegemônico, que se encontra presente no momento que o cigano procura tornar legítima sua condição como ator social digno de apoio. Esta legitimação acontece por meio da inversão da imagem de inimigo público por outra de trabalhador humilde, com família.

A construção desta união ilusória entre os ciganos e demais brasileiros demonstra que, quando se defendem de sua condição de minoria étnica, esses grupos procuram ser aceitos pela sociedade majoritária como iguais. Através da análise também foi percebido que nesta construção contraditória da identidade cigana, as avaliações positivas reforçam como desejável a manutenção da cultura cigana pela língua, fato que demonstra que somos interpelados a assumir identidades diferentes em momentos diversos dos sistemas culturais. Os ciganos assumem que sua tradição mudou nos dias atuais, mas quando estão envolvidos em suas práticas particulares assumem sua condição étnica, contudo em contato com *gadjé*, modificam e adaptam seus costumes e crenças para poder sobreviver no mundo atual. A interação com os brasileiros é necessária para fins de comércio e negociação e até mesmo a miscigenação com outros povos é bem melhor aceita, fato inadmissível até então.

Existe a necessidade de que análises críticas como esta possam trazer modificações na prática e relações sociais, especialmente no surgimento de eventos discursivos como, por exemplo, medidas legislativas porque estas “diminuirão o respeito que se dedica ao preconceito, suprimindo completamente algumas das suas piores consequências. Este é um dos meios mais eficazes para se lutar contra os preconceitos tradicionais” (ROSE, 1972).

Infelizmente, a prática mostra que nem sempre basta um eminente jurista elaborar, o Congresso aprovar e o Presidente sancionar uma bela legislação que condena a discriminação de minorias (inclusive das sempre esquecidas minorias ciganas), mas deve-se lutar também para que esta legislação seja, de fato, aplicada. As leis antidiscriminação existem porque, de fato, a discriminação existe.

Ser cigano, pertencer a um povo cigano, não significa necessariamente também conhecer a origem, a história, a cultura, a problemática e a realidade atual deste povo, ou melhor, das diversas minorias ciganas que existem no Mundo e no Brasil. Salvo talvez umas

poucas exceções, cada cigano costuma conhecer e sabe informar tão somente, e quando muito, sobre o passado recente ou a cultura apenas do grupo ao qual pertence. E poucos ciganos devem saber que, além dos seus direitos comuns como cidadãos, também têm direitos especiais como membros de uma minoria étnica.

De importância fundamental é informar melhor ciganos e não-ciganos tanto sobre estes seus direitos especiais quanto também sobre seus direitos comuns, sobre a sua história, sobre a sua cultura e valores culturais, sobre a problemática cigana mundial, sobre experiências feitas para melhorar a situação cigana, sobre eventuais soluções encontradas.

Na luta contra o anticiganismo, existe um enorme campo de trabalho ainda inexplorado para cientistas das mais diversas áreas. A nossa ignorância ainda é enorme.

### **Referências Bibliográficas**

- ADOLFO, S. P. *Rom: uma odisséia cigana*. Londrina: Editora UEL, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pp. 277-326.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 de Maio de 1993.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COSTA, E. M. L. *O Povo Cigano entre Portugal e Terras de Além-mar (Séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fergráfica, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Tradução de I. Magalhães et al. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. ou reimpressão. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LEEUWEN, T. van. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, pp.169-222.
- LIRA, G. R. *Prêmio Culturas Ciganas - Divulgados os nomes dos classificados no concurso do Minc*. Ministério da Cultura, Brasília: 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/05/05/premio-culturas-ciganas-7/>> Acesso em: 26 jan. 2010.
- MAIA, L. M. *Ciganos na Comunidade Européia: documentos*. João Pessoa: PR/PB, 1993.

- MASCHIO, J. Quatro morrem e cinco ficam feridos após confusão em festa cigana no PR. *Folha Online*. Paraná/Londrina, 26 dez. 2008. Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u483637.shtml>> Acesso em: 14 jan. 2010.
- MELO, F. J. D. *O Romani dos Calon da Região de Mambai: uma língua obsolescente*. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. pp. 115-120.
- PEDROSA, C. E. F. *Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, nº 03, 2005, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF: Primeiros Trabalhos do CNLF, Tomo 2. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2005.
- PEREIRA, C. da C. *Os ciganos ainda estão na estrada*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- RESENDE, V. de M. *Discurso e práticas sociais*. Brasília, 2010. 2 f. (Notas de aula).
- \_\_\_\_\_. V. de M. Representação e identificação. In: \_\_\_\_\_. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009. pp. 35-44.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006/1ª reimpressão 2009, pp. 11-144.
- ROSE, A. M. *A origem dos preconceitos*. In: UNESCO, Raça e Ciência II. São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 167-168.
- TEIXEIRA, R. C. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 1999.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- WODAK, R. *Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 4, número especial - Análise Crítica do Discurso, 2004, pp. 223-243. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm>>. Acesso em 26 jan. 2010.

Recebido em 15 de setembro de 2010.

Aceito em 08 de novembro de 2010.

## **Resenhas**

NUNES, José Horta. *Leitura de arquivo: historicidade e compreensão*, disponível em: [http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose\\_horta.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf) acesso em: 08, out., 2010.

Luciana de Jesus Evangelista<sup>23</sup>

O artigo de Nunes, *Leitura de Arquivo: historicidade e compreensão*, é direcionado àqueles que se dedicam a pesquisar sobre a leitura com interesse em questões relacionadas à Análise de Discurso.

José Horta Nunes é graduado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, tem mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, além de pós-doutorado pela Ecole Normale Supérieure de Lyon, na França. Atualmente, é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Experiente na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas, atua principalmente nos temas: análise histórica e discursiva de dicionários, discurso sobre/da cidade e história do leitor e da leitura.

Neste texto, em especial, o autor distingue as noções de historicidade e compreensão e considera o fato de que, em detrimento do que circula na sociedade, a função da ciência não é formular conceitos que sejam estáveis, mas trabalhar também constituindo conceitos que funcionem de maneira livre no espaço discursivo e que permitam significar novos fatos ou demarcar o lugar de um campo de saber em relação a outros.

Nunes propõe um deslocamento entre história e historicidade afirmando que essas duas noções são diferentes para o historiador e para o analista de discurso. Sendo assim são duas posições distintas, na qual o historiador vê a história como conteúdo, levando em consideração o que ela quer dizer, ou seja, buscam-se sentidos nos textos (Orlandi, p. 17), enquanto que o analista de discurso observa os efeitos de sentidos, questionando a literalidade.

Para o autor, os historiadores que tem relação com a AD também questionam a transparência da linguagem, visto que estes percebem o dito como não claro, pois o contato

---

<sup>23</sup> Acadêmica do 5.º semestre do curso de Licenciatura em Letras da UNEMAT – Pontes e Lacerda - MT. Bolsista PIBIC - FAPEMAT sob orientação da Profª Ms. Sílvia Regina Nunes. E-mail [lucianaevangelista08@hotmail.com](mailto:lucianaevangelista08@hotmail.com)

com esta disciplina os faz ter essa visão diante do conteúdo. Conforme já afirmado, para os analistas de discurso a história não é apenas um conteúdo, um aspecto independente das condições de produção, mas sim um acontecimento constitutivo da produção de sentidos.

É importante ressaltar que o analista precisa estar atento à maneira como os sentidos são produzidos, ou seja, desconstruir a ideia de verdade absoluta, contudo sem desconsiderá-la.

A respeito do arquivo, Nunes afirma que este não deve ser visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas sim como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. Desta maneira, o autor reitera que o material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de comprovação, onde se suporia uma interpretação unívoca.

De acordo com autor, o arquivo não é um conjunto de dados “objetivos”, ele está sujeito a várias interpretações, há confrontos entre as várias formas de interpretar, não tendo comprovação, por isso é impossível ter uma única interpretação.

Nunes chega então a formular que há um efeito de arquivo que é composto por meio de diversos funcionamentos que servem de argumento para os processos discursivos. Sendo assim, os efeitos de arquivos são efeitos de sentidos, portanto, sujeitos à interpretação.

Segundo o autor, a noção de compreensão se distingue tanto de uma perspectiva psicológica, quanto de uma perspectiva lógica: trata-se de uma noção histórico – política. A ideia de compreensão se diferencia dos aspectos psicológicos e lógicos, pois se tratam de posições diferentes, sendo que a psicológica refere-se à intencionalidade do dito tendo uma interpretação unívoca, enquanto que a lógica está relacionado ao exato, ao estabilizado e com interpretação única também. Para o leitor usar a compreensão numa leitura não basta apenas ter uma ou outra interpretação, mas pensar nas várias possibilidades de sentidos num único contexto, já determinado historicamente. Assim, o arquivo funcionaria como espaço de polêmica, na qual haveria confrontos interpretativos. Para ele é preciso observar os gestos de interpretação instaurados pelas e nas posições de sujeito mostrando as relações entre essas interpretações para explicitar o movimento dos sentidos e dos sujeitos.

Nunes diz que, pela Análise de Discurso, a temporalidade não é baseada apenas na experiência, e nem em regras que estabelecem divisões do tempo e fixação de datas, mas como uma temporalidade que funciona na relação com os já ditos, com o discursivizado. Um discurso refere-se a outros discursos que se encontram sem ordem no tempo, portanto a temporalidade é trabalhada pela teoria por meio dos processos discursivos, há sempre um retorno ao já dito, pois não há sentido se não tiver repetição. Dessa forma, pode-se representar um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, mostrar efeitos temporais de diversas ordens.

Compreender a temporalidade é estar atento às diversas temporalidades incluídas nos discursos relacionando-as aos efeitos de sentidos que são produzidos. Por isso é necessário que haja compreensão dessa temporalidade, pois ela produzirá outras temporalidades no discurso, resultando em um ou mais sentidos.

O artigo de Nunes põe em relevo que a leitura de arquivo pode apresentar inúmeras interpretações, mas que não se tratam de quaisquer interpretações, visto que há determinação histórica dos sentidos. Assim, é preciso que no movimento de interpretação, para que haja sentido, deve ocorrer identificação com os sentidos.

Conforme já referido, a historicidade caracteriza a posição do analista de discurso relacionada à do historiador, sendo assim a compreensão dependerá da posição que o sujeito ocupa. A maioria das posições ocupadas pelos historiadores contenta-se em analisar o arquivo como uma estrutura fechada, isto é, o seu conteúdo. Os analistas de discurso dão ênfase aos sentidos que são produzidos, propondo a leitura de arquivo como uma estrutura aberta, não buscando apenas seu conteúdo, mas a possibilidade de serem feitas leituras outras.

Creio que o artigo de Nunes, por tratar de questões relacionadas à Análise de Discurso, é de suma importância para pesquisadores desta área, entretanto, não é um texto facilmente compreendido por leitores que desconhecem as noções já produzidas na área. Não é um texto que possa ser compreendido apenas com o auxílio de dicionário, pois há determinadas palavras que fazem sentido somente quando remetidas às concepções teóricas da AD, sendo necessária, por parte do leitor, uma iniciação acadêmico-científica neste campo.

\*\*\*

Recebido em 08 de outubro de 2010.

Aceito em 10 de novembro de 2010.

LEÃO, Rodrigo de Souza. *Todos os Cachorros são Azuis*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

**A insustentável leveza do elefante: fantasia e lucidez em *Todos os Cachorros são Azuis***

Juliana M.S. Sá<sup>24</sup>

Poeta, escritor e jornalista diplomado, Rodrigo de Souza Leão (1965–2009) reuniu em sua breve carreira literária dezenas de textos, crônicas e poesias que, em sua maioria, concentraram-se em desbravar temas relacionados ao universo literário brasileiro. Nos anos que se dedicou ao jornalismo, colaborou com artigos e resenhas para os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, contabilizando mais de 150 entrevistas com escritores nacionais e internacionais. Escritor desde os 23 anos de idade, somente aos 36 anos, publicou seu primeiro livro *Há Flores na Pele* (2001), uma compilação de poemas experimentais de autoria própria. Sete anos mais tarde, veio a obter destaque no cenário literário nacional, alcançando o grande público leitor com a prosa poética *Todos os Cachorros são Azuis* (2008), um dos cinquenta finalistas do Prêmio Portugal Telecom, edição 2009.

Obra-prima de Souza Leão, *Todos os Cachorros* reúne histórias, memórias e frenesim de um homem de meia idade internado pela segunda vez num hospício, por decisão da família, após depredar a casa dos pais quando acometido de sucessivos distúrbios delirantes. O enredo *sui generis* que à primeira análise remete à estrutura de uma narrativa novelesca revela-se, entretanto, particular em termos de gênero literário. Ao ser cotado dentre os classificados para o Prêmio Portugal Telecom de 2009, alguns ousaram classificá-lo como novela, enquanto outra parcela do público leitor considerou tratar-se de um romance. O conflito entre ambas as classificações possivelmente se dá por questões conceituais entre um e outro gênero; contudo, unanimidade entre os leitores e a crítica especializada é que se trata de narrativa, e, na arte de narrar, Rodrigo de Souza Leão evidencia superar com naturalidade parâmetros estéticos restritivos com seu projeto criativo de convencionar o mote da loucura – já retratado em versos – à feição narrativa.

---

<sup>24</sup> Graduanda dos cursos de Licenciatura em Letras – habilitação em Língua Portuguesa e suas literaturas, da Universidade do Estado do Amazonas, e Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: julianasa12@gmail.com.

Sugestivo e irônico, o sóbrio *design* gráfico da capa, conjugado à disposição da epígrafe da sobrecapa (“todos os homens e todas as culturas convivem no hospício, um lugar amplo e florido, mas que está longe de ser paradisíaco”), alude facilmente à ideia de que se trata de uma narrativa clássica, linear, juízo que, logo na leitura de seus primeiros parágrafos, se desmente. Paradoxalmente arquitetada, a concepção fragmentária de *Todos os Cachorros* não representa risco à unidade de sentido do texto; antes, colabora para a singularidade da proposta de Souza Leão, qual seja, a de conciliar verso e prosa numa mesma construção, sob clara influência da poética baudelairiana, o que anuncia também vestígios de Rimbaud (1854–1891) e Verlaine (1844–1896).

A propósito de Baudelaire e Rimbaud, é perceptível a íntima referência que o narrador-protagonista de *Todos os Cachorros* confere ao simbolismo literário do século XIX. A irreverência criativa, metafórica e desconcertante, característica cara aos dois franceses, ganha a empatia de Souza Leão, que desde as primeiras páginas trava diálogos, alude e provoca os dois amigos virtualmente concebidos.

*Tudo ficou Van Gogh*, capítulo inicial da narrativa, remonta ao universo particular do narrador e seu contato com a realidade idealizada segundo a esquizofrenia. As primeiras mostras de insanidade surgem ainda na infância do narrador, com a ideia obsessiva de possuir um *chip* implantado em sua cabeça e de crer que possui um grilo dentro do corpo, ingerido aos quinze anos de idade. Daí em diante, a diversidade de casos peculiares envolvendo impulsos eróticos, casos clínicos – ou apenas curiosidades – dos outros pacientes e recordações familiares são retomadas a cada nova intervenção médica. Surtos, desaforos e imposturas o levam a experimentar o isolamento do “cubículo três por quatro” (p. 11) e daí reviver a trajetória do transtorno mental manifesto desde menino, tempo em que o cachorro de pelúcia azul tornara-se sua principal lembrança afetiva.

A partir deste primeiro segmento do livro, Souza Leão problematiza o parâmetro utilizado no diagnóstico da loucura e alguns dos mitos que envolvem o paciente psiquiátrico. Mesmo em sua narrativa não-linear, revestida de delírios e alucinações, é possível identificar um exame racional das duas instituições psiquiátricas por onde passou. A crítica ao tratamento administrado aos pacientes clínicos pode ser verificada em trechos, como “o hospício era um lugar cheio de flores lindas, mas podre por dentro. O modelo hospício tinha

que ser mudado” (p. 29). Já não se trata apenas de um tratado pessoal da esquizofrenia<sup>25</sup> na medida em que o tom intimista dos relatos pessoais atrela-se ao *corpus* discursivo de denúncia.

Intitulado *Deus não: deuses*, o segundo capítulo avança rumo à primeira liberdade: a saída do cubículo. Esta conquista, *a priori*, não considera o convívio com os demais pacientes, ainda que a observação do comportamento alheio tenha sido incorporada na rotina dos distúrbios delirantes (p.32). Na descrição dessa nova rotina, figuras e recursos linguísticos apresentados no primeiro capítulo ressurgem como numa tentativa de reforçar a euforia do protagonista em estar diante da primeira possibilidade de deixar o hospício. Anedotas, delírios persecutórios e tantas outras construções do imaginário do narrador-protagonista percorrem livremente a fronteira diminuta que distingue lucidez de loucura. Personalidades da cultura *pop* dialogam com referências antológicas da literatura e do cinema.

Em *Humphrey Bogart contra Charles Laughton*, terceiro segmento do livro, conquista-se a segunda liberdade: o convívio entre os demais internos do hospício. Nesse estágio, a narrativa experimenta novos ritmos de ações. Rodrigo incorpora máquinas, bichos, atores. Formula aforismos, revisita clichês, retoma a descrição dos internos e poetiza. Ao tempo que o leitor pressupõe atingir o ponto máximo da insanidade, a lucidez parece gradativamente ganhar espaço em meio aos delírios de perseguição policial, do *chip* ingerido e das aparições de Rimbaud e Baudelaire. Ainda que sob a forma de lapsos breves e intercalados, a sobriedade surge, por exemplo, sob a forma de entrecortes da ausência dos amigos imaginários. Os vestígios podem ser identificados em trechos como:

Na minha voz, um grito. Mas o Haldol me segura. Segura meus gritos, sussurros. Eu, que já escondi muito remédio debaixo da língua, hoje tomo todos sem problemas. Sei lá se adianta. Sei apenas que sinto falta dos meus dois amigos (p. 53-54).

*Do gr. Epílogos*, quarto e último capítulo do livro, a liberdade é ganha com a notícia de alta da internação no hospício. Com a mudança de rumo, *Todos os Cachorros são Azuis* (2008) transcende a experiência autobiográfica e aproxima ainda mais o mote da loucura aos

<sup>25</sup>

Como afirmara José Aloise Bahia em matéria publicada no jornal *Estado de Minas* em 25.07.2009.

domínios da literatura tal qual fizera Maura Lopes Cançado em seu *Hospício é Deus* (1965) e, para rememorar um arquétipo antológico de nossas letras, Lima Barreto em *Diário do Hospício* (1920). A fundação da seita Todog, inicialmente restrita ao *status* de inovação linguística, ilustra a condição dúbia da narrativa de Souza Leão. Ambiguidade que logo se vê ameaçada pela variedade de exemplos surreais pontuados ao fim da narrativa: “Deram-me um terceiro óculos, terceiro olho. Terceira orelha. Um terceiro braço. Terceira perna. Uma terceira mão” (p. 78).

Na fronteira da loucura ritualística e da loucura poética<sup>26</sup>, a literatura se afirma como vereda formada por córregos entre os quais fluem experiências entusiasmadas e abjetas perfeitamente conjugadas – e conjugáveis, e que, ao fim, converge ao intuito maior de estabelecer um subterfúgio seguro da loucura. Das mais absurdas<sup>27</sup> às mais plausíveis e tangíveis insinuações, todas favorecem o projeto escapista de Souza Leão.

Entre conversas com amigos imaginários, doses de remédio tarja preta, memórias familiares e alucinações de diversas naturezas, cabe ao leitor de *Todos os Cachorros* optar por se conservar a luz da razão ou deixar-se imergir na loucura tantas vezes revelada no desconforto à moral coletiva – provocações que percorrem paulatinamente a narrativa desde o seu princípio – que encontra condições favoráveis à aceitação do público por meio da apresentação bem humorada que Rodrigo de Souza Leão faz de seus relatos.

\*\*\*

Recebido em 03 de setembro de 2010.

Aceito em 08 de novembro de 2010.

28

---

<sup>26</sup> Segundo e quarto níveis de insanidade conforme referencia Sócrates (469–399 a.C.).

<sup>27</sup> Lê-se o sentido literal do termo que consiste no conjunto de proposições que incidem inevitavelmente a uma negação de alguma das proposições anteriores tidas como verdadeiras.